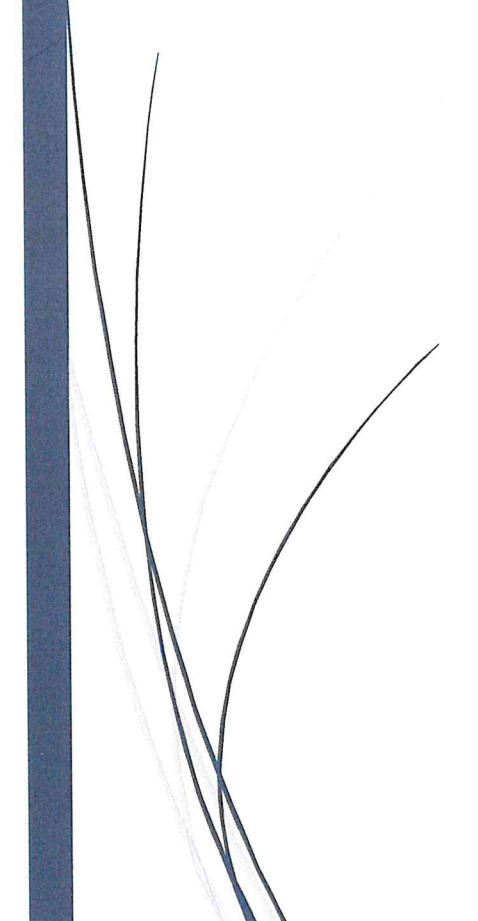




2021

Relatório de Gestão e Anexo às Demonstrações Financeiras e Orçamentais

Município de Avis



Índice

Nota Introdutória	5
Enquadramento.....	8
Organização Municipal e Sistema Organizativo	10
Estrutura Política	10
Estrutura Orgânica	13
Recursos Humanos	14
Estrutura de Recursos	14
Análise Financeira.....	14
Relato Orçamental e Financeiro.....	17
Análise Orçamental	17
Orçamento.....	17
Saldo Orçamental e da Gerência	18
Regra do Equilíbrio Orçamental	18
Saldo Orçamental	18
Poupança Corrente.....	18
Modificações Orçamentais.....	18
Prazo Médio de Pagamentos.....	19
Receita Orçamental.....	20
Despesa Orçamental	21
Execução do Plano Plurianual de Investimento	22
Indicadores Orçamentais.....	23
Análise Económico – Financeira	24
Análise ao Balanço.....	24
Análise à Demonstração de Resultados	27
Indicadores económico – financeiros.....	28
Endividamento Municipal	29
Impactos Financeiros no Combate à Pandemia COVID 19.....	31
Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA)	33
Factos Ocorridos Após o Termo do Exercício	35
Proposta de Aplicação de Resultados	36
Documentos de Prestação de Contas – Demonstrações Financeiras	37
Balanço	37
Demonstração de Resultados.....	38

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below it.]

Demonstração de Fluxos de Caixa.....	39
Demonstração de Alterações ao Património Líquido	40
Anexo às Demonstrações Financeiras.....	41
Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico	41
Principais Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros.....	43
Bases de Mensuração usadas na preparação das Demonstrações Financeiras	43
Principais Políticas Contabilísticas.....	43
Notas às Demonstrações Financeiras.....	55
Nota 3 – Ativos Intangíveis.....	55
Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente	56
Nota 5 – Ativos Fixos Intangíveis.....	57
Nota 6 – Locações.....	62
Nota 7 – Custo de empréstimos obtidos.....	62
Nota 8 – Propriedades de Investimento	65
Nota 9 – Imparidades de ativos.....	66
Nota 10 – Inventários	66
Nota 13 – Rendimento de transações com contraprestação.....	68
Nota 14 - Rendimento de transações sem contraprestação.....	69
Nota 15 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	70
Nota 18 – Instrumentos financeiros.....	71
Nota 20 – Divulgações de partes relacionadas	74
Outras Divulgações.....	74
Nota 21 – Rendimentos e ganhos	74
Nota 22 – Gastos e perdas	75
Nota 23 – Gastos com pessoal	75
Nota 24 – Transferências e subsídios concedidos.....	76
Nota 26 – Depreciações	77
Nota 27 – Fornecimentos e serviços externos	78
Nota 29 – Diferimentos	79
Nota 30 – Alterações do património líquido	79
Contabilidade de Gestão	81
Acontecimentos após a data de relato	82
Anexo às Demonstrações Orçamentais.....	83
DDORC.....	83

DOCUMENTOS DE
PRESTAÇÃO DE CONTAS



2021

DODES.....	84
DOREC	84
DTAS	85
DPPI	85
Operações de Tesouraria	86

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below it.]



Nota Introdutória

O presente Relatório de Gestão reflete a organização municipal, a caracterização dos recursos humanos, a situação económica e financeira do Município de Avis e a atividade desenvolvida pelo executivo na afetação de valor ao domínio público de uma forma geral, e aos Municípios de Avis em particular, devidamente emoldurada no quadro de competências das Autarquias Locais (Lei n.º 169/99, de 18 de setembro com a redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro e Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro).

Neste documento abordam-se os aspetos determinantes da estrutura organizativa da autarquia, quer ao nível político quer ao nível dos recursos humanos. É apresentada uma análise da situação contabilística do Município de Avis a 31 de dezembro de 2021, centrada nas vertentes “orçamental” e “financeira”, reportando os níveis de endividamento e equilíbrio orçamental.

Dos conteúdos tratados destacamos os dados relativos à execução orçamental, através dos quais são disponibilizadas informações detalhadas sobre a execução das receitas e despesas previstas no Orçamento de 2021 e o inerente reflexo na situação financeira do Município.

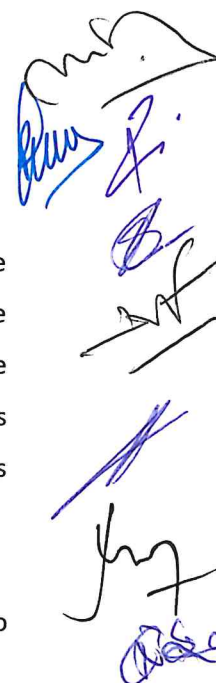
Na metodologia utilizada foram elaborados quadros, gráficos e rácios que evidenciam os dados indicados em cada capítulo.

Para um melhor enquadramento e comparação das variáveis mais significativas da gestão municipal são apresentados, também, elementos relativos à execução dos anos anteriores.

Os documentos apresentados, enquanto instrumentos importantes para a avaliação global e acompanhamento da situação, tanto no domínio orçamental, como no económico e no financeiro, constituem um apoio essencial à gestão autárquica.

No contexto municipal, em matéria de recursos humanos, de destacar o acréscimo das despesas com pessoal, paralelamente à abertura de procedimentos concursais para fazer face a necessidades de serviço.

No que ao endividamento diz respeito, salientar que, mesmo com as alterações de critério introduzidas pelo atual Regime Financeiro das Autarquias Locais (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro), o Município de Avis, não só cumpre o limite como ainda possui uma situação bastante confortável face ao mesmo.



O ano de 2021 continua indissociável da pandemia COVID-19 e dos impactos desta na atividade das instituições. As restrições impostas quanto ao exercício de algumas atividades económicas e quanto à mobilidade dos cidadãos tiveram e continuaram a ter implicações óbvias na atividade do Município, tanto ao nível das condições de trabalho dos trabalhadores, como ao nível das atividades desenvolvidas e a desenvolver, situação que justifica alguns dos impactos já previsíveis nas contas.

O ano 2020 foi marcado pelo choque da pandemia COVID-19. Situação que se arrastou pelo ano de 2021, com uma crise à escala mundial que em muito ultrapassou a esfera da saúde pública.

Independentemente dos desafios respeitantes a projetos que temos para desenvolver na área do Município importa entender que, nos últimos 2 anos, as ações do executivo municipal têm estado focadas no surto do novo coronavírus SARS-CoV-2 Covid-19 que originou a doença Covid-19 e que foi classificado como pandemia pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020, afetando também Portugal, onde foi declarado o primeiro Estado de Emergência, em 18 de março de 2020.

O impacto social e económico muito significativo, que este surto tem apresentado, gera um elevado grau de incerteza em todas as entidades e particulares, pelo que as implicações no relato financeiro do Município podem também vir a ser muito significativas, embora sem que a continuidade possa estar em causa.

Para dar resposta ao combate à pandemia, o Município sentiu-se na obrigação de desenvolver e implementar um conjunto de medidas, com vista a tentar mitigar os efeitos da mesma.

No entanto, apesar das medidas implementadas pelo Município para lidar com a pandemia decorrente do novo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença Covid-19, continuaremos a efetuar uma monitorização regular e objetiva, com vista a continuar a ser dada resposta às necessidades mais emergentes, sempre que tal se afigura possível.

Assim, e apesar de todas as adversidades que este ano particularmente atípico nos proporcionou, ao longo de 2021, continuámos a investir nas Pessoas, nos Trabalhadores do Município, nas Freguesias, nos apoios ao Associativismo, aos Bombeiros Voluntários, aos Estudantes, às Famílias mais carenciadas e a todos quantos as nossas competências nos permitiram e do Município necessitaram, porque estivemos ao lado dos munícipes, de forma solidária e ativa, prosseguindo políticas de proximidade que procuraram salvaguardar os interesses da comunidade.





Voltamos a expressar que vamos continuar a procurar garantir aos munícipes, apesar dos escassos recursos do Município, uma gestão rigorosa e eficiente dos meios disponíveis, privilegiando a transparência na gestão do erário público para a melhoria das condições de vida da população e o desenvolvimento integrado de todo o Concelho.



Enquadramento

Considerando a obrigatoriedade do executivo municipal apresentar, nos termos da alínea I) do nº.1 do art.º33, da Lei nº75/2013 de 12 setembro, os documentos de prestação de contas do Município à Assembleia Municipal para sua apreciação e votação em conformidade com o disposto na alínea I) do nº.2 do art.º25 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, procedeu-se à elaboração do presente relatório que para além de cumprir o estipulado pela Lei, irá analisar a execução da situação económica, financeira e patrimonial do Município de Avis, bem como a execução do seu orçamento e do plano plurianual de investimentos ocorrido ao longo do ano económico de 2021.

Os Documentos de Prestação de Contas têm por base a NCP 1 - Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, a NCP 26 - Contabilidade e Relato Orçamental e o Modelo Único da Prestação de Contas da UNILEO (Unidade Implementação da Lei de Enquadramento Orçamental).

A publicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e da nova Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, abrem caminho à reforma da gestão pública.

A reforma da contabilidade e contas públicas surge no contexto da necessidade de revisão do modelo de gestão das finanças públicas, visando colmatar um conjunto de fragilidades do anterior modelo (comparabilidade europeia das contas públicas).

O novo SNC-AP visa promover a harmonização contabilística, fomentando o alinhamento entre a contabilidade pública e as contas nacionais, uniformizar procedimentos, melhorar a transparência das contas públicas, contribuir para a satisfação das necessidades dos utilizadores da informação e relato orçamental e financeiro das entidades públicas.

Iniciado o desafio em 2020, com a implementação de um novo normativo contabilístico, baseado no princípio do acréscimo e da substância sob a forma e com novos conceitos, como o de controlo de ativo, por exemplo., no 2º ano de implantação do novo normativo o Município de Avis dá seguimento apresentando os documentos de prestação de contas em conformidade com o novo sistema contabilístico.

Implementação realizada num contexto adverso, à semelhança do exercício anterior, o ano de 2021 continuou fortemente marcado e condicionado pela situação de calamidade e de emergência ocasionada pelo COVID-19.

[Handwritten signatures in blue and black ink, including a large signature at the top and several smaller ones below it.]

O presente relatório analisa os recursos humanos, situação orçamental e económico-financeira do Município no ano de 2021.

Organização Municipal e Sistema Organizativo

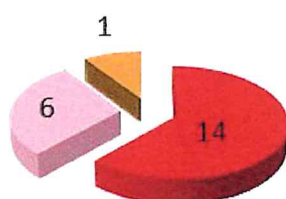
O sistema organizativo do Município de Avis é suportado pela existência de duas estruturas fundamentais, uma de cariz eminentemente político e outra de cariz técnico/administrativo, fortemente relacionadas e interdependentes de cuja articulação decorre a atividade municipal.

Estrutura Política

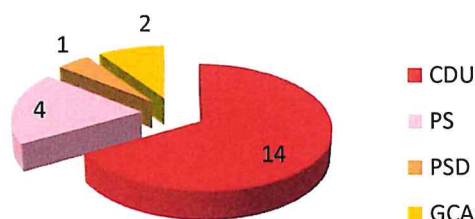
A estrutura política do Município assenta em dois órgãos representativos, a Câmara Municipal, com funções essencialmente executivas e a Assembleia Municipal, com funções de natureza predominantemente deliberativa e fiscalizadora da atividade desenvolvida pela Câmara Municipal.

A Assembleia Municipal é constituída por 21 membros, dos quais 15 são eleitos diretamente como membros da Assembleia Municipal e 6 indiretamente, uma vez que assumem aquela função por inerência do cargo de Presidente de Junta de Freguesia.

Assembleia Municipal



Assembleia Municipal Mandato 2017 – 16/10/2021

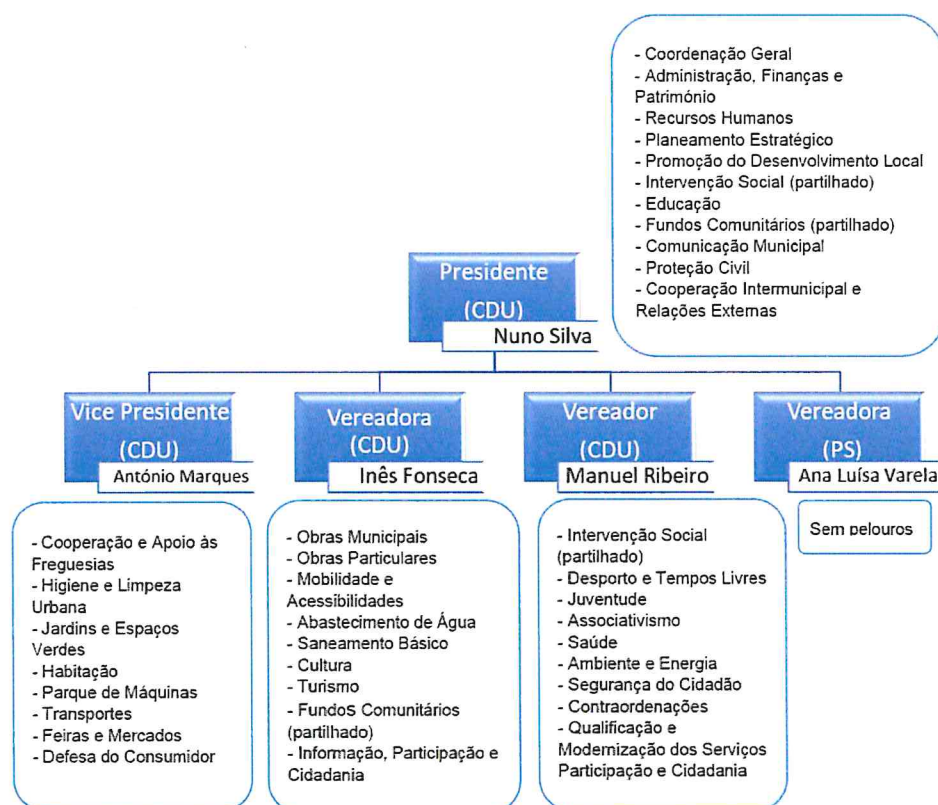


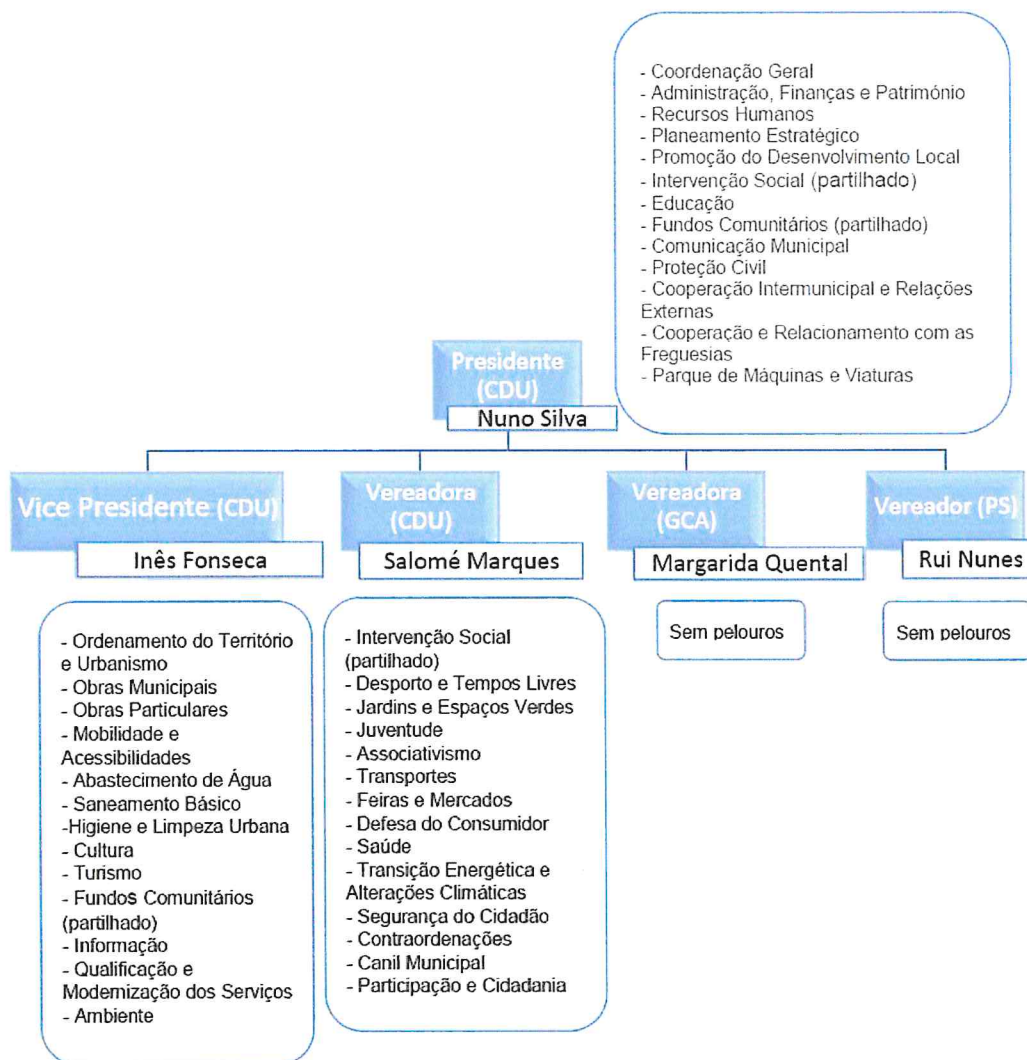
Assembleia Municipal Mandato 16/10/2021 - 2024

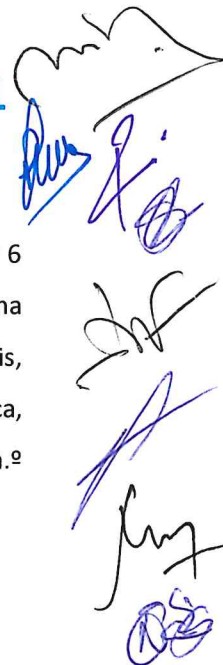
A **Câmara Municipal** é constituída por 5 membros – 1 Presidente e 4 Vereadores, a quem compete, no quadro da descentralização administrativa previamente estabelecida, o grosso da responsabilidade pela definição das estratégias e políticas municipais, bem como as decisões mais relevantes sobre a atividade dos serviços municipais.

Cabe à Câmara Municipal a supervisão direta das atividades desenvolvidas ao nível dos serviços municipais para a prossecução dos objetivos, programas/atividades e ações que materializam as políticas previamente definidas

Mandato 2017-2021 (16/10/2021)







Estrutura Orgânica

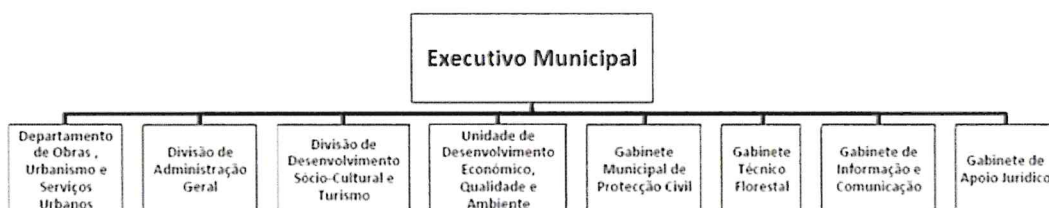
Nos termos e para os efeitos previstos no artigo 25º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto e n.º 6 do artigo 10º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, a Assembleia Municipal de Avis, na sua sessão ordinária de 26/04/2013, na sequência de proposta da Câmara Municipal de Avis, aprovada na sua reunião extraordinária de 17/04/2013, aprovou o modelo de estrutura orgânica, publicada no Diário da República, 2ª Série, n.º 112 de 12 de junho de 2013, pelo Despacho n.º 7591/2013.

O modelo de estrutura orgânica rege-se nos seguintes termos:

1 – Modelo de Estrutura: Estrutura hierarquizada.

2 – Composição: Uma Unidade Orgânica Nuclear – (Departamento de Obras, Urbanismo e Serviços Urbanos), até três Unidades Orgânicas Flexíveis – (Divisão de Administração Geral, Divisão de Desenvolvimento Sociocultural e Turismo e Unidade de Desenvolvimento Económico, Qualidade e Ambiente), outras Unidades Orgânicas – (Gabinete Municipal de Proteção Civil, Gabinete Técnico Florestal, Gabinete de Informação e Comunicação e Gabinete de Apoio Jurídico) e uma Subunidade Orgânica.

A estrutura orgânica em vigor é representada pelo seguinte organigrama:



[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'P', 'Z', 'B', 'D', 'J', and 'RSC']

Recursos Humanos

Estrutura de Recursos

O Município de Avis tem ao longo do corrente mandato mantido o mapa de pessoal, com a intenção de assegurar a qualidade do serviço público prestado à população.

Verificou-se um reforço de pessoal do mapa de pessoal e também a integração de trabalhadores ao abrigo do Programa Mercado Aberto do I.E.F.P (Instituto do Emprego e Formação Profissional).

O número de trabalhadores ao serviço no Município de Avis a 31 de dezembro de 2021, totaliza 185 discriminados da seguinte forma:

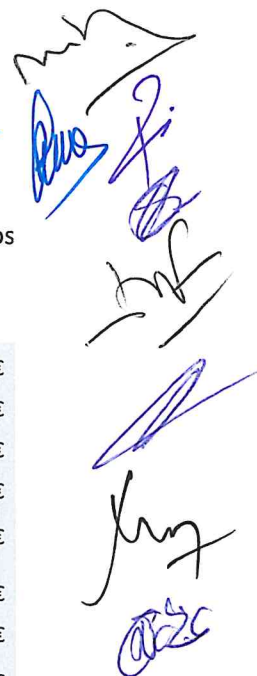
- 2 - Dirigentes intermédios
- 43 - Técnicos superiores
- 37 - Assistentes técnicos
- 99 - Assistentes operacionais
- 4 - Informáticos

Análise Financeira

Em 2021 a despesa global com recursos humanos ascendeu a 3.828.000,95€, ou seja 56% da despesa corrente e 38% da despesa global.



A despesa com pessoal divide-se em três grandes agregados, representando no ano 2021, as **remunerações certas e permanentes** 75% do valor total, seguindo-se os **encargos sociais**, com 22% e os **abonos variáveis** com 3%.



Apresentam-se em termos de comparação com 2018, 2019, e 2020, os valores assumidos pelos principais agregados com as Despesas com Pessoal no ano 2021.

Pessoal em Funções - CTFP	1 659 947,93 €	1 894 141,63 €	1 836 696,37 €	1 886 270,27 €
Pessoal em Funções - CTFPTC/I	29 594,61 €	- €	- €	- €
Subsidio de refeição	161 035,20 €	178 364,61 €	176 117,94 €	172 163,61 €
Subsidios de férias e de natal	286 427,92 €	321 787,77 €	331 595,45 €	336 116,59 €
Remunerações por doença e maternidade/paternidade	2 318,65 €	2 272,87 €	75 588,11 €	104 899,74 €
Horas extraordinárias	74 857,67 €	91 085,88 €	51 967,81 €	58 461,76 €
Ajudas de custo	13 906,88 €	17 980,07 €	9 142,49 €	9 221,91 €
Encargos com a saúde/Outros encargos com a saúde	99 409,72 €	113 537,64 €	120 449,07 €	186 465,78 €
Subsidio familiar a crianças e jovens/outras prestações familiares	7 188,43 €	8 099,04 €	5 778,07 €	4 920,96 €
Caixa Geral de Aposentações	354 764,27 €	352 895,79 €	333 504,80 €	323 741,35 €
Segurança Social - Regime Geral	184 981,68 €	244 683,05 €	294 159,90 €	319 644,06 €
Acidentes em serviço e doenças profissionais	4 277,73 €	5 226,35 €	33 604,30 €	- €

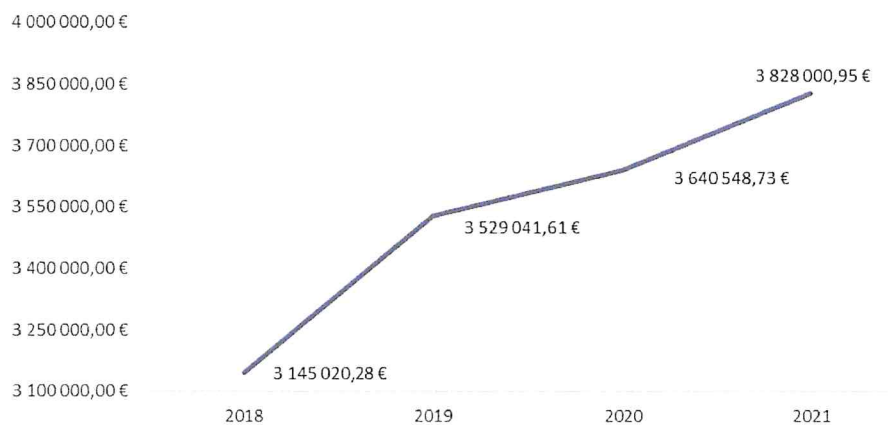
No ano de 2021 verificou-se um aumento nas remunerações de pessoal em funções contrato de trabalho em funções públicas derivado da contratação, nomeadamente, de assistentes operacionais. Os encargos com Caixa Geral de Aposentações diminuem devido a aposentações de pessoal e por sua vez os encargos com a Segurança Social aumentam, não só pelas novas contratações, mas também pela atualização de remunerações, nos termos previstos na Lei.

Também se registou um aumento significativo com os encargos com a saúde que decorre dos pagamentos à ADSE.

As despesas com pessoal tiveram assim a evolução apresentada no seguinte quadro e representação gráfica.

DESPESAS COM PESSOAL	2018	2019	2020	2021
Remunerações Certas e Permanentes	2 383 202,43 €	2 678 039,60 €	2 768 077,97 €	2 867 524,13 €
Abonos Variáveis ou Eventuais	110 530,89 €	126 560,14 €	81 658,70 €	100 238,10 €
Segurança Social	651 286,96 €	724 441,87 €	790 812,06 €	860 238,72 €
Total	3 145 020,28 €	3 529 041,61 €	3 640 548,73 €	3 828 000,95 €

Evolução das Despesas com Pessoal



Relato Orçamental e Financeiro

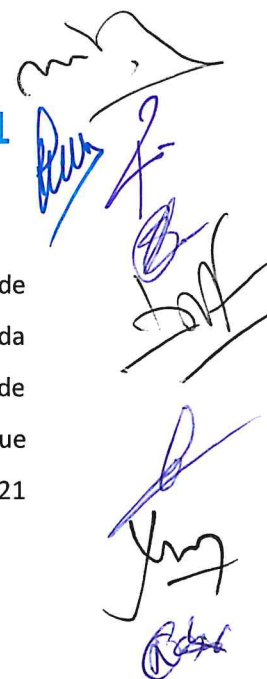
Análise Orçamental

Orçamento

O Orçamento e Grandes Opções do Plano, preparados de acordo com os princípios da NCP 26, aprovado pelo órgão executivo em 09 de dezembro de 2020 e pelo órgão deliberativo a 22 de dezembro de 2020, apresentava valores iniciais de receita e de despesa de 14.150.341 euros.

Sem prejuízo dos princípios orçamentais e das regras previsionais, para ocorrer a despesas não previstas ou insuficientemente dotadas, o orçamento pode ser objeto de alterações orçamentais, modificativa ou permutativa, sendo que o aumento global da despesa prevista dá sempre lugar alteração orçamental modificativa (anterior revisão), salvo em casos excecionais previstos na lei (pontos 8.3.1.2. e 8.3.1.3. do POCAL), que se mantém em vigor em 2021.

Rubrica	DOREC Designação	Previsões Corrigidas	Execução	Grau Exec. %	Estrutura %	Rubrica	DODES Designação	Previsões Corrigidas	Execução	Grau Exec. %	Estrutura %
R1	Impostos Diretos	693 900,00 €	652 507,65 €	94%	6%	D1	Despesas com o pessoal	3 915 612,03 €	3 828 000,95 €	98%	38%
R3	Taxas, multas e outras penalidades	64 852,00 €	41 059,54 €	63%	0,34%	D2	Aquisição de bens e serviços	3 373 636,96 €	2 415 195,11 €	72%	24%
R4	Rendimentos de propriedade	352 650,00 €	276 012,59 €	78%	2%	D3	Juros e outros encargos	17 500,00 €	16 235,42 €	93%	0,16%
R5	Transferências e subsídios correntes	6 557 619,00 €	6 062 785,59 €	92%	52%	D4	Transferências e subsídios correntes	590 613,33 €	526 213,88 €	89%	5%
R6	Venda de bens e serviços	853 894,00 €	578 922,31 €	68%	5%	D5	Outras despesas correntes	107 575,68 €	90 259,47 €	84%	1%
R7	Outras receitas correntes	119 000,00 €	15 835,34 €	13%	0,13%	D6	Aquisição de bens de capital	4 958 718,00 €	2 646 826,07 €	53%	26%
R8	Venda de bens de investimento	125 500,00 €	85 229,02 €	68%	16%	D7	Transferências e subsídios de capital	433 290,00 €	347 633,22 €	80%	3%
R9	Transferências e subsídios de capital	2 575 503,00 €	1 840 153,92 €	71%	16%	D8	Outras despesas de capital	10 100,00 €		0%	0%
R10	Outras receitas de capital	80 700,48 €	- €	0%	0%	D10	Despesa com passivos financeiros	243 295,00 €	235 628,30 €	97%	2%
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	20 000,00 €	4 864,09 €	24%	0,04%						
R14	Saldo da Gerência Anterior	2 206 722,52 €	2 206 722,52 €	100%							
Total		13 650 341,00 €	11 764 092,57 €	86%				13 650 341,00 €	10 105 992,42 €	74%	



Saldo Orçamental e da Gerência

Do confronto de receitas e despesas realizadas, apurou-se um saldo orçamental positivo de 1.715.678,87€. Por alteração modificativa (revisão orçamental), foi incorporado o saldo da gerência do ano anterior no valor de 2.206.722,52€. E que foi integralmente afeto ao reforço de despesas correntes, pelo que, nos termos do nº 5 do artigo 40º do REFALEI será este o valor que contará para efeito de avaliação do equilíbrio orçamental. O saldo de gerência do ano 2021 (execução orçamental) que transita para 2022 é de 1.715.678,87€.

Regra do Equilíbrio Orçamental

Da diferença entre o somatório das receitas correntes brutas cobradas (7.646.000,81€) e saldo da gerência anterior (2.206.722,52€) e o somatório das despesas correntes pagas (6.875.904,83€) e média das amortizações de empréstimos de médio e longo prazo (253.727,90€) resultou um saldo corrente (poupança corrente) positivo de 2.723.090,60€, demonstrando-se o cumprimento da regra do equilíbrio orçamental.

Saldo Orçamental

Passando à comparação das Receitas e Despesas globais constatamos que, em 2021, o valor das Receitas cobradas (11.764.092,57€) foi superior ao das Despesas pagas (10.105.992,42€), gerando um saldo orçamental positivo de 1.658.100,15€.

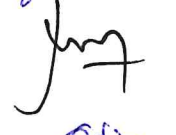
Poupança Corrente

Para concluir a análise orçamental, refira-se que, em 2021, as Receitas Correntes Brutas (7.627.123,02€) superaram as Despesas Correntes (6.875.904,83€), gerando, assim, uma poupança corrente positiva de 751.218,19€.

Modificações Orçamentais

Ao longo do ano 2021 realizaram-se 9 alterações permutativas e 3 alterações modificativas ao orçamento da despesa refletindo-se no Plano Plurianual de Investimentos 8 alterações permutativas e 2 alterações modificativas e no Plano de Atividades Municipal 9 alterações modificativas. No orçamento da receita foram efetuadas 2 alterações permutativas e 1 alteração




modificativa. A alteração permutativa com mais impacto foi a incorporação do saldo da gerência anterior, no montante de 2.206.722,52€.

Prazo Médio de Pagamentos

O prazo médio de pagamentos do Município de Avis, é no final de 2021 de 7 dias. No final de 2020, 2019 e 2018, era de 16, 19 e 13 dias, respetivamente.

A fórmula de cálculo do PMP consubstanciou-se no indicador definido nos termos do n.º 4 do Despacho n.º 9870/2009 do Gabinete do Ministro das Finanças e da Administração Pública, publicado a 13 de abril, no DR n.º 71, 2ª série Parte C.

Receita Orçamental

A receita total cobrada em 2021 atingiu 11.764.092,57€, (7.627.123,02€ de receitas correntes, 1.925.382,94€ de receita de capital, e 4864,09€ de outras receitas), representando um grau de execução de 86%, dando cumprimento ao disposto no nº 3 do artigo 56º da Lei 73/2013 de 03 de setembro. Da receita efetiva 8.914.858,39€ tiveram origem em receitas próprias e 642.511,66€ em financiamentos comunitários.

Comparativamente com o exercício de 2020 verificou-se um acréscimo da receita de 1.755.374,60€, que corresponde a mais 15%, crescimento que se encontra influenciado pelo saldo da gerência anterior, já que em termos de receitas efetivas esse crescimento foi de 11,3% (429.523,37€).

As transferências com um peso de 67% no total da receita mantém a posição dominante na estrutura da receita.

Rubrica	Designação	Fontes de Financiamento (2021)						2020
		R P	R G	U E	EMPR	F. ALHEIOS	TOTAL	
	Operações orçamentais [1]	2 165 222,25 €		41 500,27 €			2 206 722,52 €	1 523 382,95 €
	Operações de tesouraria [A]					62 721,23 €	62 721,23 €	74 700,24 €
	Receita corrente	7 554 737,47 €		72 385,55 €			7 627 123,02 €	7 093 877,79 €
R1	Impostos diretos	652 507,65 €					652 507,65 €	566 909,37 €
R3	Taxas, multas e outras penalidades	41 059,54 €					41 059,54 €	41 555,73 €
R4	Rendimentos de propriedade	276 012,59 €					276 012,59 €	270 343,82 €
R5	Transferências e subsídios correntes	5 990 400,04 €		72 385,55 €			6 062 785,59 €	5 629 149,47 €
R6	Venda de bens e serviços	578 922,31 €					578 922,31 €	580 440,88 €
R7	Outras receitas correntes	15 835,34 €					15 835,34 €	5 478,52 €
	Receita de capital	1 355 256,83 €		570 126,11 €			1 925 382,94 €	1 375 546,68 €
R8	Venda de bens de investimento	85 229,02 €					85 229,02 €	22 284,05 €
R9	Transferências e subsídios de capital	1 270 027,81 €		570 126,11 €			1 840 153,92 €	1 353 262,63 €
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	4 864,09 €					4 864,09 €	15 910,55 €
	Receita efetiva [2]	8 914 858,39 €		642 511,66 €			9 557 370,05 €	8 485 335,02 €
	Receita não efetiva [3]							
	Soma [4] = [1] + [2] + [3]	11 080 080,64 €		684 011,93 €			11 764 092,57 €	10 008 717,97 €
	Operações de tesouraria [B]					104 519,28 €	104 519,28 €	65 170,72 €





Despesa Orçamental

O valor dos pagamentos efetuados foi, em 2021, de 10.105.992,42€ em 2020, 2019 e 2018 foram respetivamente de 7.801.995,45€, 7.107.555,25€ e 7.512.168,15€), 68% corresponderam a despesas correntes (6.875.904,83€) e 32% a despesas de capital (3.230.087,59€).

Verificou-se um aumento significativo no total dos pagamentos efetuados, face a 2020, no valor de 2.303.996,97€.

Os agrupamentos com peso mais expressivo foram as despesas com pessoal (38%) e a aquisição de bens e serviços correntes (24%).

Rubrica	Designação	Fontes de Financiamento (2021)						2020
		R P	R G	U E	EMPR	F. ALHEIOS	TOTAL	
	Despesa corrente	6 875 904,83 €					6 875 904,83 €	6 311 979,21 €
D1	Despesas com o pessoal	3 828 000,95 €					3 828 000,95 €	3 640 548,73 €
D2	Aquisição de bens e serviços	2 415 195,11 €					2 415 195,11 €	2 109 116,34 €
D3	Juros e outros encargos	16 235,42 €					16 235,42 €	17 875,41 €
D4	Transferências e subsídios correntes	526 213,88 €					526 213,88 €	459 864,46 €
D5	Outras despesas correntes	90 259,47 €					90 259,47 €	84 574,27 €
	Despesa de capital	2 586 640,60 €		407 818,69 €			2 994 459,29 €	1 224 996,03 €
D6	Aquisição de bens de capital	2 239 007,38 €		407 818,69 €			2 646 826,07 €	1 105 592,93 €
D7	Transferências e subsídios de capital	347 633,22 €					347 633,22 €	119 403,10 €
D8	Outras despesas de capital							
	Despesa efetiva [5]	9 462 545,43 €		407 818,69 €			9 870 364,12 €	7 536 975,24 €
	Despesa não efetiva [6]	235 628,30 €					235 628,30 €	265 020,21 €
D9	Despesa com ativos financeiros							14 338,00 €
D10	Despesa com passivos financeiros	235 628,30 €					235 628,30 €	250 682,21 €
	Soma [7] = [5] + [6]	9 698 173,73 €		407 818,69 €			10 105 992,42 €	7 801 995,45 €
	Operações de tesouraria [C]					109 661,79 €	109 661,79 €	77 149,73 €
	Saldo para a gerência seguinte	1 381 906,91 €		276 193,24 €		57 578,72 €	1 715 678,87 €	2 269 443,75 €
	Operações orçamentais [8] = [4] - [7]	1 381 906,91 €		276 193,24 €			1 658 100,15 €	2 206 722,52 €
	Operações de tesouraria [D] = [A] + [B] - [C]					57 578,72 €	57 578,72 €	62 721,23 €
	Despesa primária	9 446 310,01 €		407 818,69 €			9 854 128,70 €	7 519 099,83 €
	Despesa total [5] + [6]	9 698 173,73 €		407 818,69 €			10 105 992,42 €	7 801 995,45 €

Execução do Plano Plurianual de Investimento

No exercício de 2021 o Plano Plurianual de Investimentos teve uma execução de 2.646.826,07€, o que representa 53%. Em 2020, esta percentagem tinha sido de 34,43% com um valor de 1.119.930,93€.

Destaca-se, entre outros, o valor executado nos seguintes investimentos em 2021:

- Centro de Recolha Animal 52.803,79€
- Centro Comunitário e Geriátrico de Alcórrego 308.892,03€
- Remodelação de Parques Infantis em freguesias do concelho 131.368,42€
- Intervenção em arruamentos em freguesias do concelho 591.491,24€
- Construção da Casa Mortuária de Avis 73.006,42
- Cobertura do Paço dos Mestres 132.058,51€
- Aquisição de aparelhos de ar condicionado para o centro de vacinação COVID 20.875.70€
- Aquisição de autocarro SCANIA de 51 lugares para transporte escolar 286.282,50€
- Aquisição de autocarro IVECO de 29 lugares 118.449,00€
- Conservação e Valorização da Ponte de Ervedal 117.568,67€
- Obra da 2ª fase da Ligação Avis – Clube Náutico – Corredor Pedonal e Ciclável 147.947,03€
- Aquisição de equipamento de transporte de natureza operacional 174.532,97€
- Remodelação e beneficiação das Piscinas Municipais de Avis 145.771,14€
- Construção do novo quartel da GNR 76.013,60€

Objetivo	Designação do projeto	Grupo de Fontes de Financiamento				Montante Previsto			Montante Executado			Nível de execução financeira anual %	Nível de execução financeira global %
		R G	R P	U E	EMPR	Ano	Ano Seguinte	Total	Anos Anteriores	Ano	Total		
1	Funções gerais		328 612,89 €	185 590,90 €		514 203,79 €	1 014 000,00 €	1 528 203,79		365 264,47	365 264,47	71,04	23,90
1.1.	Serviços gerais de administração pública		304 126,00 €	157 274,00 €		461 400,00 €	1 014 000,00 €	1 475 400,00		312 460,68	312 460,68	67,72	21,18
2	Funções sociais		1 973 183,50 €	883 863,00 €		2 857 046,50 €	10 027 738,50 €	12 884 785,00		1 320 907,20	1 320 907,20	46,23	10,25
2.1.	Educação		35 768,50 €	3 700,00 €		39 468,50 €	5 115 000,00 €	5 154 468,50					
2.3.	Segurança e acção sociais		312 408,00 €	558 500,00 €		870 908,00 €	2 000,00 €	872 908,00		308 892,03	308 892,03	35,47	35,39
2.4.	Habitação e serviços colectivos		1 112 999,00 €	91 571,00 €		1 204 570,00 €	2 614 000,00 €	3 818 570,00		830 562,08	830 562,08	68,95	21,75
2.5.	Serviços culturais, recreativos e religiosos		512 008,00 €	230 092,00 €		742 100,00 €	2 296 738,50 €	3 038 838,50		181 453,09	181 453,09	24,45	5,97
3	Funções económicas		849 372,71 €	338 095,00 €		1 187 467,71 €	2 427 000,00 €	3 614 467,71		884 640,80	884 640,80	74,50	24,48
3.2.	Indústria e energia		25 450,00 €	14 855,00 €		40 315,00 €	276 000,00 €	316 315,00		34 919,05	34 919,05	86,62	11,04
3.3.	Transportes e comunicações		679 986,50 €	323 230,00 €		1 003 216,50 €	1 291 000,00 €	2 294 216,50		849 721,75	849 721,75	84,70	37,04
3.4.	Comércio e turismo		143 936,21 €			143 936,21 €	1 000,00 €	144 936,21					
3.5.	Outras funções económicas						859 000,00 €	859 000,00					
4	Outras funções		400 000,00 €			400 000,00 €	595 000,00 €	995 000,00		76 013,60	76 013,60	19,00	7,64
Total:			3 551 169,10 €	1 407 548,90 €		4 958 718,00 €	14 063 738,50 €	19 022 456,50 €		2 646 826,07 €	2 646 826,07 €		53%

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Indicadores Orçamentais

	2021		2020	
Receita Total + Saldo de Gerência	11 764 092,57 €	1,16%	10 008 717,97 €	1,28%
Despesa Total Paga	10 105 992,42 €		7 801 995,45 €	
Receita Corrente Cobrada	7 627 123,02 €	1,11%	7 093 877,79 €	1,12%
Despesa Corrente Paga	6 875 904,83 €		6 311 979,21 €	
Receita de Capital Cobrada	1 925 382,94 €	0,64%	1 375 546,68 €	1,12%
Despesa de Capital Paga	2 994 459,29 €		1 224 996,03 €	
Impostos Diretos	652 507,65 €	0,07%	566 909,37 €	0,07%
Receita Total	9 557 370,05 €		8 485 335,02 €	
Pessoal	3 828 000,95 €	0,66%	3 640 548,73 €	0,68%
Fundos Municipais Correntes	5 774 798,11 €		5 373 596,46 €	



Análise Económico – Financeira

No âmbito do SNC-AP, os objetivos do relato financeiro das entidades públicas passam, sobretudo, por proporcionar informação útil aos seus utilizadores, para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões. As demonstrações financeiras foram preparadas e apresentadas segundo a contabilidade na base do acréscimo, à semelhança do que já acontecia no normativo anterior, de acordo com a estrutura concetual e as normas de contabilidade pública do sistema de normalização contabilística para as administrações públicas (SNC-AP).

De seguida iremos analisar o balanço e a demonstração de resultados.

Análise ao Balanço

O total do Ativo fixou-se em **45.872.158,22€** composto por 43.178.436,99€ de Ativo Não Corrente (Ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis, Propriedades de investimento, Participações financeiras, Cliente, contribuintes e utentes e outros ativos correntes), 2.693.721,23€ de Ativo Corrente (Inventários, Devedores, Clientes, contribuintes e utentes, Estado e outros entes públicos, outras contas a receber, Diferimentos e Caixa e depósitos).

Os ativos fixos tangíveis representam 93% do total do ativo.

No exercício de 2021 não se registaram novos ajustamentos decorrentes da transição para o atual normativo contabilístico.

Os ativos intangíveis registaram uma redução de 35.552,08€, resultante de diminuições (amortizações no valor de 36.585,28€) e uma adição de 1.033,20€.

A participação financeira mantém o seu montante inalterável.

O ativo corrente reflete uma redução de 66% relativamente a 2020, com efeitos particulares nas disponibilidades e nos devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis.

O saldo de disponibilidades, com um peso de 64% no ativo corrente reflete o seu peso determinante na componente corrente do ativo.

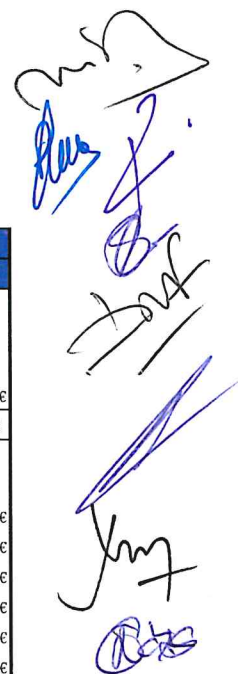
RUBRICAS	NOTAS	DATA	
		31/12/2021	31/12/2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	42 447 609,63 €	42 656 639,53 €
Propriedades de investimento		166 642,35 €	173 400,75 €
Ativos intangíveis	3	42 963,58 €	78 515,66 €
Investimentos Participações financeiras	18	519 373,00 €	519 373,00 €
Clientes, contribuintes e utentes		1 801,04 €	1 392,23 €
Outros ativos financeiros		47,39 €	47,39 €
		43 178 436,99 €	43 429 368,56 €
Ativo corrente			
Inventários	10	158 187,93 €	174 203,81 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18	207 243,78 €	924 734,13 €
Clientes, contribuintes e utentes	18	69 684,45 €	65 254,79 €
Estado e outros entes públicos	18	105 745,14 €	101 752,99 €
Outras contas a receber	18	342 682,36 €	395 909,72 €
Diferimentos	29	94 498,70 €	99 184,64 €
Caixa e depósitos	11	1 715 678,87 €	2 269 443,75 €
		2 693 721,23 €	4 030 483,83 €
Total do ativo		45 872 158,22 €	47 459 852,39 €

O Total do Património Líquido é de **43.012.238,11€**, que adicionado ao Passivo no valor de **2.859.920,11€** totaliza **45.872.158,22€**.

RUBRICAS	NOTAS	DATA	
		31/12/2021	31/12/2020
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/ Capital	30	65 413 899,17 €	65 413 899,17 €
Resultados transitados	30	-28 942 159,28 €	-27 546 023,76 €
Outras variações no património líquido	30	8 868 697,21 €	7 943 679,91 €
Resultado líquido do período	30	-2 328 198,99 €	-1 396 135,52 €
Total do Património Líquido		43 012 238,11 €	44 415 419,80 €

O Passivo não corrente, Financiamento obtidos, tem um total de 550.315,03€ e o Passivo Corrente 2.309.605,08€, constituído por Fornecedores, Estado e outros entes públicos, Financiamentos obtidos, fornecedores de investimentos, outras contas a pagar e Diferimentos.

Comparando com o período homólogo, o total do passivo teve uma ligeira diminuição.



RUBRICAS	NOTAS	DATA	
		31/12/2021	31/12/2020
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15		
Financiamentos obtidos	25	550 315,03 €	696 253,38 €
		550 315,03 €	696 253,38 €
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	18	7 793,40 €	
Fornecedores	18	128 084,85 €	143 376,18 €
Estado e outros entes públicos	18	45 839,05 €	87 842,03 €
Financiamentos obtidos	25	152 490,00 €	242 179,95 €
Fornecedores de investimentos	18	75 812,30 €	326 302,14 €
Outras contas a pagar	18	721 481,35 €	599 772,50 €
Diferimentos	29	1 178 104,13 €	948 706,41 €
		2 309 605,08 €	2 348 179,21 €
Total do Passivo		2 859 920,11 €	3 044 432,59 €
Total do Património Líquido e Passivo		45 872 158,22 €	47 459 852,39 €

O total do Património Líquido representa 94% do total do Ativo e 6% do total do Passivo.

Análise à Demonstração de Resultados

A demonstração dos resultados apresenta uma síntese da situação financeira baseada na estrutura de gastos e rendimentos de diversas naturezas.

Os Rendimentos do exercício fixaram-se em 8.149.623,27€ e os Gastos em 10.477.822,27€. O Resultado Líquido do Exercício negativo traduz-se no valor de 2.328.198,99€.

RUBRICAS	NOTAS		PERÍODO	
			2021	2020
Impostos, contribuições e taxas	14/21	+	668 733,54 €	563 679,71 €
Vendas	13/21	+	297 334,00 €	292 061,58 €
Prestações de serviços e concessões	13/21	+	677 847,29 €	655 348,32 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	13/21	+	5 995 090,65 €	5 963 488,95 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10/22	-	-652 458,58 €	-552 406,28 €
Fornecimentos e serviços externos	22	-	-1 843 702,25 €	-1 511 843,61 €
Gastos com pessoal	22/23	-	-3 932 867,13 €	-3 751 897,61 €
Transferências e subsídios concedidos	22/24	-	-808 718,99 €	-582 738,28 €
Prestações Sociais		-	-29 737,45 €	
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/ reversões)	9/10.	+/-		7 133,46 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)		+/-	0,00 €	-25 926,12 €
Outros rendimentos e ganhos	21	+	503 402,87 €	418 465,15 €
Outros gastos e perdas	22	-	-530 340,38 €	-245 995,09 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento			344 583,57 €	1 229 370,18 €
Gastos/ reversões de depreciação e amortização	26	+/-	-2 654 613,41 €	-2 603 591,64 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)			-2 310 029,84 €	-1 374 221,46 €
Juros e rendimentos similares obtidos		+	7 214,93 €	7 219,92 €
Juros e gastos similares suportados		-	-25 384,08 €	-29 133,98 €
Resultado antes de impostos			-2 328 198,99 €	-1 396 135,52 €
Imposto sobre o rendimento				
Resultado líquido do período			-2 328 198,99 €	-1 396 135,52 €

Efetuada uma análise aos gastos de 2021, podemos concluir que houve um crescimento de 1.174.289,66€ face a 2020, influenciada pelo crescimento de diversos gastos, nomeadamente gastos com pessoal (180 mil euros), trabalhos especializados (154 mil euros), gastos com instalações (47 mil euros), vigilância e segurança (65 mil euros), apoio à proteção civil (117 mil euros), saneamento básico (33 mil euros), matérias primas (88 mil euros), material de transporte (95 mil euros), limpeza higiene e conforto (13 mil euros), gastos com depreciações (50 mil euros), taxas reguladas pela ERSAR (16 mil euros).

Em relação aos rendimentos em 2021, os impostos diretos tiveram um aumento de 105 mil euros face a 2020.

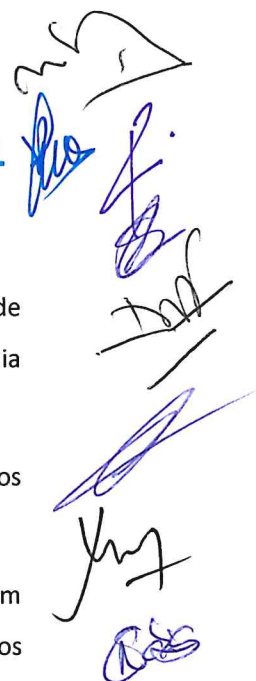
As transferências e subsídios correntes obtidos por força do Orçamento de Estado aumentaram em 400 mil euros relativamente a 2020.

Já no que se refere a rendimentos relativos a vendas e prestação de serviços o seu valor cifrou-se em 975 mil euros durante o exercício, mais 27 mil euros que em 2020.

Indicadores económico – financeiros

Os rácios estabelecem relações entre contas e agrupamentos de contas das demonstrações financeiras, balanço e demonstração dos resultados, para quantificar factos, detetar anomalias e fazer comparações no tempo. De seguida encontram-se os principais indicadores económico-financeiros:

Indicador	Rácio	2021		2020	
Autonomia Financeira	Património Líquido	43 012 238,11 €	0,94%	44 415 419,80 €	0,94%
	Ativo	45 872 158,22 €		47 459 852,39 €	
Solvabilidade	Património Líquido	43 012 238,11 €	15,04%	44 415 419,80 €	14,59%
	Passivo	2 859 920,11 €		3 044 432,59 €	
Liquidez geral	Ativo Corrente	2 693 721,23 €	1,17%	4 030 483,83 €	1,72%
	Passivo Corrente	2 309 605,08 €		2 348 179,21 €	
Liquidez reduzida	Ativo Corrente - Inventários	2 539 533,30 €	1,10%	3 856 280,02 €	1,64%
	Passivo Corrente	2 309 605,08 €		2 348 179,21 €	
Liquidez imediata	Disponibilidades	1 715 678,87 €	0,04%	2 269 443,75 €	0,05%
	Património Líquido	43 012 238,11 €		44 415 419,80 €	
Rendimentos do Património Líquido	Resultado Líquido	-2 328 198,99 €	-0,05%	-1 396 135,52 €	-0,03%
	Património Líquido	43 012 238,11 €		44 415 419,80 €	



Endividamento Municipal

A Lei n.º 73/2013 estabeleceu um novo conceito de endividamento, que é a dívida total de operações orçamentais. Tem como objetivo retirar do cálculo do montante da dívida da autarquia os valores resultantes de operações não orçamentais, como por exemplo as cauções.

O limite da dívida total é calculado por 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

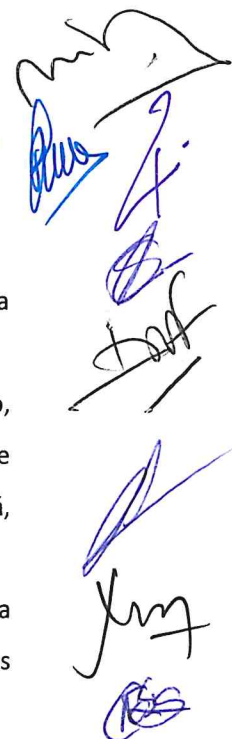
Caso o município tenha uma dívida total inferior ao limite apurado, ele só poderá aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

No quadro seguinte apresentamos a situação no ano de 2021 do Município de Avis face ao limite da dívida total. O montante da dívida do Município em 31 de dezembro de 2021, não excede o limite de endividamento:

Nota: O quadro abaixo não considera o impacto no endividamento das Associações de Municípios, e Participadas pelo motivo que à data as suas contas não são conhecidos pelo município.

Capacidade de Endividamento				
Receita corrente		01/01/2021	31/01/2021	
	2021	7 627 123,02 €	7 627 123,02 €	7 627 123,02 €
	2020	7 093 877,69 €	7 093 877,69 €	7 093 877,69 €
	2019	6 937 729,26 €	6 937 729,26 €	6 937 729,26 €
	2018	6 875 884,61 €	6 875 884,61 €	
Média		6 969 163,85 €	7 219 576,66 €	
Limite		10 453 745,78 €	10 829 364,99 €	
Margem Disponível		2 090 749,16 €	2 165 873,00 €	
Passivo				
20.2		- €	7 793,40 €	
22.1		143 376,18 €	128 084,85 €	
23.		- €	2 226,39 €	
24.2		23 263,33 €	24 187,32 €	
24.4		63,11 €	40,68 €	
24.5		64 515,59 €	21 611,05 €	
25.		938 433,33 €	702 805,03 €	
27.1		326 302,14 €	75 812,30 €	
27.7	27.7.2	58 594,14 €	51 092,21 €	
27.8.5		883,74 €	865,78 €	
27.8.9.2		39 743,45 €	46 080,96 €	
Soma		1 595 175,01 €	1 060 599,97 €	
Operações de Tesouraria		62 721,23 €	57 578,52 €	
Excecionado		- €	- €	
Endividamento		1 532 453,78 €	1 003 021,45 €	
Margem	01/01/2021	8 921 292,00 €	9 826 343,54 €	
Margem Disponível	01/01/2021	1 784 258,40 €		
Margem Disponível	31/12/2021		2 313 690,73 €	
Margem para 2022			9 826 343,54 €	
Margem Disponível	01/01/2022		1 965 268,71 €	
		22,0%	13,9%	

Da análise do quadro acima constata-se que o município o endividamento passou do índice 22% (percentagem utilizada dos 100%) para o índice de 13,9%.



Impactos Financeiros no Combate à Pandemia COVID 19

O ano de 2021, continuou a ser um ano profundamente marcado pelos efeitos da pandemia COVID 19.

O Município de Avis não podia alhear-se das suas responsabilidades públicas, aprofundando, desta forma, a sua intervenção social e económica numa fase de enormes dificuldades, sempre consciente de que este foi apenas o primeiro passo de uma perspetiva de intervenção que visará, igualmente, a recuperação da economia local a curto e médio prazo.

Assim, o Município tomou um conjunto de medidas para não só, enfrentar localmente a ameaça sanitária provocada no contexto de pandemia, como também para mitigar os efeitos negativos na economia, na vida das famílias e na atividade das empresas e outras instituições.

- Procedeu à desinfeção de espaços públicos e instituições;
- Prestou apoio às famílias confinadas, com a disponibilização de pessoal do Município para apoio à realização de compras, recolha de lixo, entre outros;
- Transferências a Instituições

Transferências (deliberação de CM de 23/06/2021)

Descrição	Valor
Associação Lar de Idosos do Centro Comunitário São Saturnino de Valongo	15 000,00 €
Centro Comunitário Santa Margarida de Aldeia Velha	5 000,00 €
Fundação Casa de Repouso D. Maria Magdalena Godinho d'Abreu	15 000,00 €
Santa Casa da Misericórdia de Avis	15 000,00 €
Total	50 000,00 €

- Aquisição de bens e serviços:

Aquisição de bens e serviços

Descrição	Valor
Testes rápidos SARVS-COV	27 034,50 €
EPI (álcool, gel, luvas, fatos descartáveis, máscaras,...)	4 077,00 €
Produtos de desinfeção de espaços públicos	6 283,33 €
Utensílios escolares para refeições	296,55 €
Aparelhos de ar condicionado centro de vacinação	20 785,70 €
Total	58 477,08 €

Por deliberação de Câmara de 24/03/2021, todas as crianças do Jardim de Infância e alunos do 1º Ciclo ficaram isentos do pagamento das refeições até final do ano letivo, o que se traduz num gasto de 10.453,29€.



Ficaram também isentos do pagamento das rendas, durante o período em que vigorou a imposição legal, os estabelecimentos comerciais, com um impacto financeiro na receita do Município no total de 4.691,52€.

Ainda, nos termos da deliberação de Câmara de 24/03/2021, foi deliberada a isenção até 31/12/2021, das taxas de ocupação da via pública, de licenciamento e averbamento de veículos afetos ao transporte em táxi, de esplanadas, de renovação de estabelecimentos comerciais e de restauração, não se registando impacto nas contas do Município.



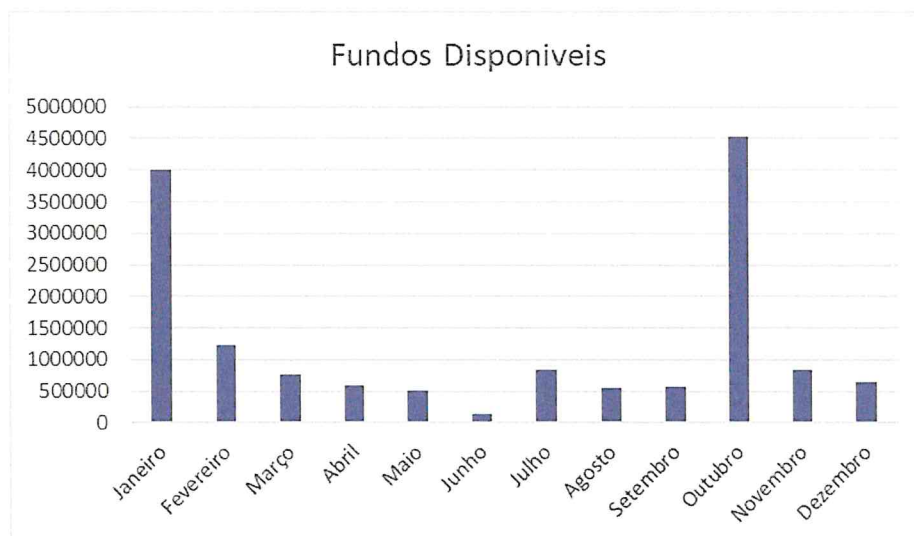
Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA)

A Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, estabelece as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas. O objetivo primordial desta lei é o controlo da execução orçamental e, em particular, da despesa pública constituindo um elemento crítico para garantir o cumprimento das metas orçamentais.

Esta lei impõe assim limites à gestão municipal, impossibilitando a assunção de novos compromissos no caso de não existirem fundos disponíveis.

A Câmara Municipal de Avis, aprovou, nos termos do artigo 88.º da Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, a exclusão do âmbito de aplicação da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho. Caso o tivesse efetuado, por força do disposto no n.º 5 do artigo 107 da Lei n.º 2/2020, de 31/03 - Orçamento do Estado para 2020 (LOE 2020), as autarquias locais que, em 2019, tenham beneficiado da exclusão do âmbito de aplicação da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, ambos na sua redação atual, mantêm essa exclusão.

Assim, os serviços municipais continuaram a calcular mensalmente os fundos disponíveis, como ferramenta de gestão, conforme se demonstra no gráfico seguinte.



Por sua vez, o artigo 7.º da LCPA, estabelece que a execução orçamental não pode conduzir, em qualquer momento, a um aumento dos pagamentos em atraso. Esta disposição legal foi cumprida durante o ano de 2021.



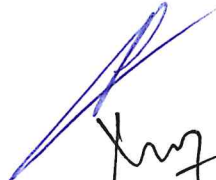


Factos Ocorridos Após o Termo do Exercício

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.









Proposta de Aplicação de Resultados

Propõe-se que o resultado líquido do período de 2021, no montante de **-2.328.198,99€**, seja transferido para a conta «561 - Resultados Transitados - períodos anteriores», nos termos previstos no Anexo às Notas de Enquadramento ao Plano de Contas Multidimensional, aprovado pela Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho.

Avis, abril de 2022








Documentos de Prestação de Contas – Demonstrações Financeiras

Balanco

RUBRICAS	NOTAS	DATA	
		31/12/2021	31/12/2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	42 447 609,63 €	42 656 639,53 €
Propriedades de investimento		166 642,35 €	173 400,75 €
Ativos intangíveis	3	42 963,58 €	78 515,66 €
Investimentos Participações financeiras	18	519 373,00 €	519 373,00 €
Clientes, contribuintes e utentes		1 801,04 €	1 392,23 €
Outros ativos financeiros		47,39 €	47,39 €
		43 178 436,99 €	43 429 368,56 €
Ativo corrente			
Inventários	10	158 187,93 €	174 203,81 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18	207 243,78 €	924 734,13 €
Clientes, contribuintes e utentes	18	69 684,45 €	65 254,79 €
Estado e outros entes públicos	18	105 745,14 €	101 752,99 €
Outras contas a receber	18	342 682,36 €	395 909,72 €
Diferimentos	29	94 498,70 €	99 184,64 €
Caixa e depósitos	11	1 715 678,87 €	2 269 443,75 €
		2 693 721,23 €	4 030 483,83 €
Total do ativo		45 872 158,22 €	47 459 852,39 €
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/ Capital	30	65 413 899,17 €	65 413 899,17 €
Resultados transitados	30	-28 942 159,28 €	-27 546 023,76 €
Outras variações no património líquido	30	8 868 697,21 €	7 943 679,91 €
Resultado líquido do período	30	-2 328 198,99 €	-1 396 135,52 €
Total do Património Líquido		43 012 238,11 €	44 415 419,80 €
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	25	550 315,03 €	696 253,38 €
		550 315,03 €	696 253,38 €
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	18	7 793,40 €	
Fornecedores	18	128 084,85 €	143 376,18 €
Estado e outros entes públicos	18	45 839,05 €	87 842,03 €
Financiamentos obtidos	25	152 490,00 €	242 179,95 €
Fornecedores de investimentos	18	75 812,30 €	326 302,14 €
Outras contas a pagar	18	721 481,35 €	599 772,50 €
Diferimentos	29	1 178 104,13 €	948 706,41 €
		2 309 605,08 €	2 348 179,21 €
Total do Passivo		2 859 920,11 €	3 044 432,59 €
Total do Património Líquido e Passivo		45 872 158,22 €	47 459 852,39 €

Demonstração de Resultados

RUBRICAS	NOTAS		PERÍODO	
			2021	2020
Impostos, contribuições e taxas	14/21	+	668 733,54 €	563 679,71 €
Vendas	13/21	+	297 334,00 €	292 061,58 €
Prestações de serviços e concessões	13/21	+	677 847,29 €	655 348,32 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	13/21	+	5 995 090,65 €	5 963 488,95 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10/22	-	-652 458,58 €	-552 406,28 €
Fornecimentos e serviços externos	22	-	-1 843 702,25 €	-1 511 843,61 €
Gastos com pessoal	22/23	-	-3 932 867,13 €	-3 751 897,61 €
Transferências e subsídios concedidos	22/24	-	-808 718,99 €	-582 738,28 €
Prestações Sociais		-	-29 737,45 €	
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/ reversões)	9/10.	+/-		7 133,46 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)		+/-	0,00 €	-25 926,12 €
Outros rendimentos e ganhos	21	+	503 402,87 €	418 465,15 €
Outros gastos e perdas	22	-	-530 340,38 €	-245 995,09 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento			344 583,57 €	1 229 370,18 €
Gastos/ reversões de depreciação e amortização	26	+/-	-2 654 613,41 €	-2 603 591,64 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)			-2 310 029,84 €	-1 374 221,46 €
Juros e rendimentos similares obtidos		+	7 214,93 €	7 219,92 €
Juros e gastos similares suportados		-	-25 384,08 €	-29 133,98 €
Resultado antes de impostos			-2 328 198,99 €	-1 396 135,52 €
Imposto sobre o rendimento				
Resultado líquido do período			-2 328 198,99 €	-1 396 135,52 €

Demonstração de Fluxos de Caixa

DFC - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (S/ REFERÊNCIAÇÃO DE CONTAS)					
PERÍODO				ANO	
2021/01/01 - 2021/12/31				2021	
Rubricas			Notas	Datas	
				2021	2020
Fluxos de caixa das actividades operacionais					
Recebimentos de clientes		+		820 737,38 €	823 863,25 €
Recebimento de contribuintes		+		337 982,07 €	528 660,01 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes				5 928 931,59 €	5 629 149,47 €
Recebimento de utentes		+		40 292,39 €	38 504,75 €
Pagamentos a fornecedores		-		-2 392 937,13 €	-2 142 711,68 €
Pagamentos ao pessoal		-		-3 901 321,43 €	-3 692 093,44 €
Pagamentos de transferências e subsídios		-		-482 379,70 €	-409 222,85 €
Caixa gerada pelas operações		+/-		351 305,17 €	776 149,51 €
Outros recebimentos / pagamentos		+		311 919,46 €	45 883,14 €
Fluxos de caixa das actividades operacionais	(a)	+/-		663 224,63 €	822 032,65 €
Fluxos de caixa das actividades de investimento					
Pagamentos respeitantes a:		-			
Activos fixos tangíveis		-		-2 610 304,69 €	-922 639,27 €
Activos intangíveis		-		-1 033,20 €	-51 888,16 €
Recebimentos provenientes de:					
Activos fixos tangíveis		+		52 845,00 €	
Propriedades de investimento		+		21 966,18 €	24 823,32 €
Transferências de capital		+		1 579 571,11 €	1 101 220,00 €
Fluxos de caixa das actividades de investimento	(b)	+/-		-956 955,60 €	151 515,89 €
Fluxos de caixa das actividades de financiamento					
Recebimentos provenientes de:					
Outras operações de financiamento		+		50,92 €	50,92 €
Pagamentos respeitantes a:					
Financiamentos obtidos		-		-235 628,30 €	-273 036,54 €
Juros e gastos similares		-		-24 456,53 €	-29 202,36 €
Fluxos de caixa das actividades de financiamento	(c)			-260 033,91 €	-302 187,98 €
Variação de caixa e seus equivalentes	(a)+(b)+(c)			-553 764,88 €	671 360,56 €
Caixa e seus equivalentes no início do período		+/-		2 269 443,75 €	1 598 083,19 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período		+/-		1 715 678,87 €	2 269 443,75 €
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA					
Caixa e seus equivalentes no início do período				2 269 443,75 €	1 598 083,19 €
= Saldo da gerência anterior				2 269 443,75 €	1 598 083,19 €
De execução orçamental				2 206 722,52 €	1 523 382,95 €
De operações de tesouraria				62 721,23 €	74 700,24 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período				1 715 678,87 €	2 269 443,75 €
= Saldo da gerência seguinte				1 715 678,87 €	2 269 443,75 €
De execução orçamental				1 658 100,15 €	2 206 722,52 €
De operações de tesouraria				57 578,72 €	62 721,23 €

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS



2021

Demonstração de Alterações ao Património Líquido

Município de Avis

Demonstração das Alterações ao Património Líquido em 31 de dezembro de 2021

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital/ Património Realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Reservas decorrentes da transferência de ativos	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamento s em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL	Interesses que não controlam	Total do património líquido
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	(1)	65 413 899,17 €					-27 546 023,76 €			7 943 679,91 €	-1 396 115,52 €	44 412 419,80 €	- €	44 412 419,80 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Correção de erros materiais		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	1 251 741,98 €	- €	1 251 741,98 €	- €	1 251 741,98 €
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido							-1 396 115,52 €			-128 724,68 €	-1 396 115,52 €	-128 724,68 €	- €	-128 724,68 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(2)	- €	- €	- €	- €	- €	-1 396 115,52 €	- €	- €	925 017,10 €	1396 115,52 €	925 017,10 €	- €	925 017,10 €
RESULTADO INTEGRAL	(3) (4) = (2) + (3)	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	-2 328 198,99 €	-2 328 198,99 €	- €	-2 328 198,99 €
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	(5)	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	=(1)+(2)+(3)+(5)	65 413 899,17 €		- €	- €	- €	-28 942 139,28 €	- €	- €	8 868 697,21 €	-2 328 198,99 €	41 012 218,11 €	- €	41 012 218,11 €

Anexo às Demonstrações Financeiras

Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

Identificação da entidade e período de relato

Designação: Município de Avis

Endereço: Largo Cândido dos Reis, n.º 5

NIF: 502 789 824

Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com o Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro (com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro) – Sistema de Normalização Contabilístico para a Administração Pública, o qual foi aplicado pela primeira vez ao exercício de 2020.

Órgãos de Gestão

Câmara Municipal até 16/10/2021

Presidente – Nuno Paulo Augusto da Silva

Vereadora – Inês Filipe Pereira da Fonseca (em regime de permanência)

Vereador (Vice-Presidente) - António Luís Marques (em regime de permanência)

Vereadora – Ana Luísa Varela (sem pelouros atribuídos)

Vereador – Manuel João Casaca Ribeiro (em regime de permanência)

Câmara Municipal a partir 16/10/2021

Presidente – Nuno Paulo Augusto da Silva

Vereadora (Vice-Presidente) – Inês Filipe Pereira da Fonseca (em regime de permanência)

Vereador – Rui Miguel Delicado Nunes (sem pelouros atribuídos)

Vereadora – Salomé Nobre Marques Guilhermino (em regime de permanência)

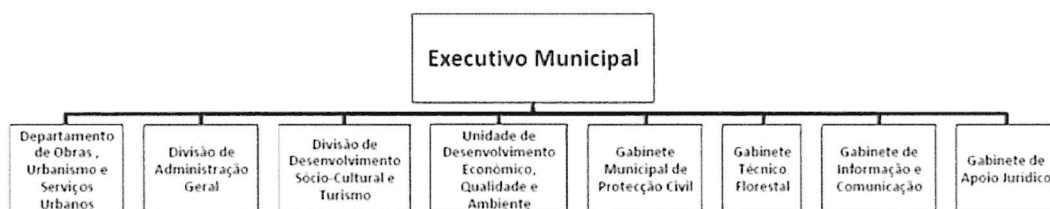
Vereadora – Maria Margarida de Abreu Narciso Pacheco Quental (sem pelouros atribuídos)

Assembleia Municipal

Composta por 15 eleitos diretos e por 6 presidentes de juntas de freguesia.

Estrutura Organizacional Efetiva

Organograma



Recursos Humanos

O número de trabalhadores ao serviço no Município de Avis a 31 de dezembro de 2021, totaliza 185 discriminados da seguinte forma:

- 2 – Dirigentes intermédios
- 43 – Técnicos superiores
- 37 – Assistentes técnicos
- 99 – Assistentes operacionais
- 4 - Informáticos

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

O detalhe dos valores constantes em Caixa e Depósitos Bancários é o seguinte:

Nota 11 DESAGREGAÇÃO DA CAIXA E DEPÓSITOS

Conta	Designação	31/12/2021	31/12/2020
11.	Caixa	374,03 €	516,63 €
	Depósitos à ordem		
12.2	Depósitos bancários à ordem	1 657 762,12 €	2 177 304,22 €
	Outros depósitos		
13.2	Depósitos consignados	57 542,72 €	91 622,90 €
13.3	Depósitos de garantias e cauções	0,00 €	0,00 €
TOTAL		1 715 678,87 €	2 269 443,75 €

Para as mesmas datas, os valores da execução orçamental e de operações de tesouraria, apresentam-se conforme segue:

DFC		
Designação	31/12/2021	31/12/2020
- Execução orçamental	1 658 100,15 €	2 206 722,52 €
- Operações de tesouraria	57 578,72 €	62 721,23 €
Saldo da gerência	1 715 678,87 €	2 269 443,75 €

Principais Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

Bases de Mensuração usadas na preparação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Município de Avis, apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas Normas de Contabilidade Pública (NCP). Assim, as demonstrações financeiras garantem consistência na apresentação de um período para o outro. A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade, não se encontra sujeita a compensações entre gastos e rendimentos, ou entre ativos e passivos, exceto os que forem exigidos por uma NCP.

Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas definidas pelo Órgão de Gestão, foram as seguintes:

1. Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. No caso dos prédios rústicos e urbanos, para os quais, não existindo informação fiável e atualizada sobre o custo ou sobre o custo depreciado, foram mensurados pelo seu Valor Patrimonial Tributário (VPT).

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao seu custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida



O custo de um bem do ativo fixo tangível é reconhecido como ativo se, e apenas se: (a) For provável que fluirão para o Município de Avis benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados ao bem; e (b) O custo ou o justo valor do bem puder ser mensurado com fiabilidade.

Quando um ativo fixo tangível é adquirido através de uma transação sem contraprestação, o seu custo inicial à data de aquisição é o seu justo valor nessa data.

Os gastos de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em outros benefícios económicos para o ativo, como o aumento da capacidade ou potência, melhoria da qualidade do output e redução significativa dos custos de operação, são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem.

Caso existam ativos fixos tangíveis em curso, os mesmos representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis passarão a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

A quantia amortizável de um ativo fixo tangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos, em conformidade com as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Nesta situação, são casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil.

2. Propriedades de investimento

Se existentes as propriedades de investimento do Município encontram-se reconhecidas e mensuradas pelo modelo do custo, isto é, ao custo menos depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos, em conformidade com as estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas



circunstâncias em que ele é utilizado. Para este efeito são tidas em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo.

3. *Ativos fixos intangíveis*

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados pelo seu custo de aquisição, menos amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

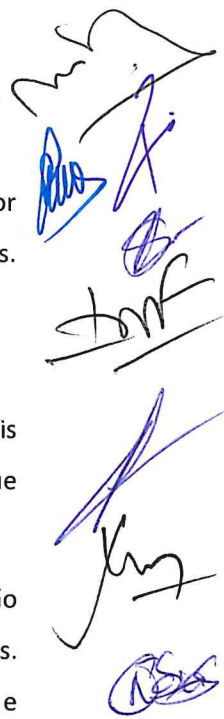
Compreende, essencialmente, licenças de software, programas de computador e marcas e patentes.

Um ativo intangível apenas é reconhecido quando for provável que dele advenham benefícios económicos futuros ou potencial de serviço esperado e se o custo ou justo valor do ativo possa ser mensurado com fiabilidade.

Os dispêndios de pesquisa são reconhecidos na demonstração dos resultados como gasto quando suportados.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas, quando a entidade demonstre a capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do período em que ocorram.

A quantia amortizável de um ativo intangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. A amortização, calculada numa base duodecimal, começa quando o ativo está disponível para uso, isto é, quando se encontra na localização e condição necessárias para operar da forma pretendida pelo órgão de gestão. Para este efeito são tidas em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Nesta situação, são casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil. O método de amortização deve refletir o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço sejam consumidos pela entidade. O método de amortização utilizado no



período de relato é o método da linha reta. As licenças de software e programas de computador têm uma vida útil estimada de 3 anos. As marcas e patentes têm uma vida útil estimada de 5 anos.

4. Acordos de concessão de serviços: Concedente

Os ativos de concessão de serviços são reconhecidos quando o Município de Avis controla quais os serviços que o concessionário tem de prestar com o ativo, a quem tem de os prestar e a que preço, controlando, através de propriedade, o ativo no final do termo do acordo.

Na situação do Município de Avis encontra-se sujeito a esta contabilização o acordo de concessão da energia elétrica em baixa e iluminação pública, cuja concessão se encontra cedida à E-Redes. Porém, embora solicitada a devida informação ao concessionário da rede elétrica em baixa e iluminação pública (E-Redes) a informação necessária para o reconhecimento dos ativos em concessão não é ainda do conhecimento do município em conformidade com a NCP 4, pelo que ao abrigo da IPSSAS 33 o seu reconhecimento e ajustamento será assumido no exercício de 2022.

5. Locações

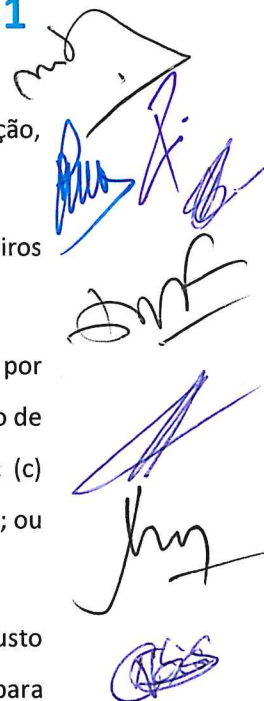
A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos. Assim, os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo. As restantes locações são classificadas como operacionais.

Os Ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Os ativos com contratos de locação são totalmente depreciados durante o prazo de locação.

6. Participações financeiras

Os investimentos financeiros em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas podem ser mensurados em conformidade com a NCP 18 (justo valor ou ao custo) ou ao método da equivalência patrimonial conforme previsto na NCP 23.



Pelo método do custo, o investimento é reconhecido inicialmente pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustado de quaisquer perdas por imparidade.

O método de equivalência patrimonial é aplicado na contabilização dos investimentos financeiros das entidades sobre as quais exerce influência significativa ou controle.

A existência de influência significativa por parte de uma entidade é geralmente evidenciada por uma ou mais das seguintes formas: (a) Representação no conselho de administração ou órgão de gestão equivalente da participada; (b) Participação em processos de decisão de políticas; (c) Transações materiais entre o investidor e a participada; (d) Intercâmbio de pessoal de gestão; ou (e) Prestação de informação técnica essencial.

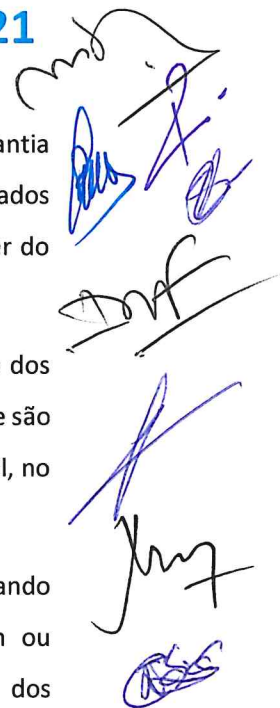
Pelo método da equivalência patrimonial, o investimento financeiro é reconhecido pelo custo aquando do reconhecimento inicial, sendo a quantia escriturada aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da investidora nos resultados da participada depois da data da aquisição. A quota-parte da investidora nos resultados da participada é reconhecida nos resultados da investidora. As distribuições recebidas de uma participada reduzem a quantia escriturada do investimento. A quantia escriturada poderá também ter de ser ajustada por forma a refletir a evolução do interesse da investidora na participada resultante de alterações no capital próprio desta que não tenham sido reconhecidas nos seus resultados. Tais alterações incluem as provenientes de revalorização de ativos fixos tangíveis e de diferenças de transposição de moeda estrangeira. A parte da investidora nessas alterações é reconhecida diretamente no património líquido.

No Município de Avis não existem participações financeiras sujeitas ao método de equivalência patrimonial.

No caso de existirem participações financeiras em outras entidades que não sejam tidas como participações em empreendimentos conjuntos, subsidiárias ou associadas, estas serão registadas ao custo de aquisição deduzido de qualquer perda por imparidade acumulada.

7. Imparidade de ativos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado excede a quantia recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos fixos tangíveis e intangíveis.



Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registrado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registrada na demonstração dos resultados do período. A quantia recuperável é a mais alta entre o justo valor menos custos de vender do ativo e o seu valor de uso.

O valor de uso é o valor presente do potencial de serviço remanescente do ativo, no caso dos “Ativos não geradores de Caixa”, e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil, no caso dos “Ativos geradores de Caixa”.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registrada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados (ganhos).

8. Inventários

Os inventários encontram-se registrados ao menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo inclui o custo de aquisição, bem como as despesas adicionais de compra.

O valor realizável líquido refere-se à quantia líquida que a entidade espera realizar com a venda dos inventários no decurso normal das operações. Quando o valor do custo é superior ao valor realizável líquido é registrado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do período nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados “Perdas por imparidade em inventários” e “Reversões de perdas por imparidade em inventários”.

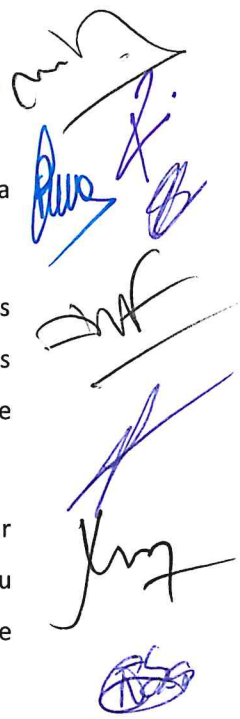
Quando os inventários são vendidos ou consumidos, a quantia escriturada desses inventários é reconhecida como um gasto do período em que o respetivo rendimento é reconhecido.

O método de custeio adotado pelo Município é o Custo Médio Ponderado.

9. Instrumentos Financeiros

O Município reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativo financeiro é qualquer ativo que seja: (a) Dinheiro; (b) Um instrumento de capital próprio de uma outra entidade; (c) Um direito contratual: (i) De receber dinheiro ou outro ativo financeiro



de uma outra entidade; (ii) De trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente favoráveis para a entidade.

Os ativos financeiros são registrados ao custo amortizado e apresentados no balanço deduzidos de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido. As perdas por imparidade são registradas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

Passivo financeiro é qualquer passivo que seja: (a) Uma obrigação contratual: (i) Para entregar dinheiro ou outro ativo financeiro a uma outra entidade; ou (ii) Para trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente desfavoráveis.

Os passivos financeiros são registrados no passivo ao custo amortizado, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. O seu desconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado incluem:

— Clientes; Contas a receber; Fornecedores; Contas a pagar; Financiamentos obtidos;

Instrumento de capital próprio é qualquer contrato que evidencie um interesse residual nos ativos de uma entidade depois de deduzir todos os seus passivos.

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- **Clientes e outras dívidas de terceiros**

As contas "clientes" e "outras contas a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidades, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

Os valores refletidos no Balanço a título de Clientes e Outros Valores a Receber, respeitam a saldos por receber de prestações de serviços, vendas e apoios contratuais acordados, para além de contratos de financiamento homologados já em execução (para os quais foi solicitado pedidos de pagamento) ou a aguardar o seu início ou execução.

A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber



- **Fornecedores e outras dívidas a terceiros**

As contas a pagar a fornecedores e outros terceiros, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal. Pela sua insignificância ou inexistências não se procedeu à sua atualização pelo justo valor,

- **Financiamentos bancários (empréstimos)**

Os financiamentos são registados no passivo pelo custo. Os financiamentos são classificados como passivo corrente, a não ser que a Entidade tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

Os juros dos financiamentos obtidos, não foram capitalizados, já que durante o período de relato não existiram investimentos em curso alavancados pelos empréstimos

- **Periodizações**

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Diferimentos».

- **Caixa e depósitos bancários**

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes, correspondem aos valores em caixa e depósitos.

10. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Uma provisão só é reconhecida quando, cumulativamente:

- Tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação;
- Pode ser feita uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação desse período.

Uma provisão é mensurada pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data de relato. A melhor estimativa corresponde à quantia que o Município de Avis

racionalmente pagaria para liquidar a obrigação à data de relato ou para a transferir para um terceiro nessa data.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pelo julgamento do órgão de gestão, tendo em consideração a experiência de transações similares e, em alguns casos, os relatórios de peritos independentes, nomeadamente do mandatário judicial.

As provisões são revistas em cada data de relato e ajustadas para refletirem a melhor estimativa corrente. Se deixar de ser provável que é necessário um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida. Uma provisão apenas é utilizada para dispêndios relativamente aos quais foi originalmente reconhecida.

Se tivermos perante um **passivo contingente**, o mesmo não é reconhecido, sendo sujeito a divulgação, exceto se for remota a possibilidade de um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço.

Os passivos contingentes são continuamente avaliados para determinar se um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço se tornou provável. Quando se torna provável, deve ser reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras.

Os **ativos contingentes** surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. O Município não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

11. Regime do acréscimo

O Município regista os seus gastos e rendimentos na base do acréscimo, pela qual são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e perdas e rendimentos e ganhos são registadas nas rubricas “Outras contas a receber”, “Outras contas a pagar” ou “Diferimentos”.

O Município aborda as matérias relacionadas com o reconhecimento e mensuração do rendimento de transações, tendo em conta o prescrito nas NCP 13 – Rendimentos de transações



com contraprestação nos rendimentos de transações com contraprestação. O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e prestações de serviços decorrentes da atividade normal do Município de Avis, na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

O reconhecimento do rendimento de transações sem contraprestação é processado tendo em conta o prescrito na NCP 14.

- **Vendas e prestações de serviços**

São reconhecidos pelo seu justo valor da retribuição recebida ou a receber. O justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas. Os serviços podem ser prestados durante mais do que um período, atendendo-se, nesta circunstância ao regime do acréscimo.

- **Impostos, contribuições e taxas**
- **Transferências e subsídios correntes obtidos**

As transferências/subsídios obtidos são reconhecidos quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que o Município cumprirá as condições exigidas para a sua concessão. A dotação do Orçamento de Estado é atribuída anualmente ao Município em conformidade com a Lei do Orçamento do Estado, sendo o respetivo rendimento reconhecido mensalmente.

As transferências/subsídios obtidos afetos a despesas correntes e à depreciação e amortização de ativos são diferidos no Balanço, na rubrica de Diferimentos, sendo registados como rendimento do período (rubrica “Transferências e subsídios correntes obtidos”), na proporção, respetivamente, dos correspondentes gastos incorridos e dos gastos de depreciação e de amortização dos ativos durante a vida do projeto, independentemente do momento do recebimento dos mesmos.

As transferências/subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos no Património Líquido, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados (rubrica “Imputação de subsídios e transferências para investimentos”) numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados, ou seja, na proporção dos respetivos gastos de depreciação e de amortização durante a vida útil dos ativos. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciáveis, são mantidos no Património Líquido, exceto se a respetiva quantia for necessária



para compensar qualquer perda por imparidade. As transferências/subsídios reembolsáveis são contabilizadas como Passivos, na rubrica “Financiamentos obtidos”.

12. Julgamentos e estimativas

A preparação de demonstrações financeiras exige que a gestão do Município efetue julgamentos e estimativas que afetam os montantes de rendimentos, gastos, ativos, passivos e divulgações a data de relato, pelo que as presentes demonstrações financeiras incluem rubricas que resultam de estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas do Município.

As estimativas acima referidas são determinadas pelos julgamentos da gestão do Município, os quais se baseiam na melhor informação e conhecimento de eventos presentes, e nas ações que o Município considera poder vir a desenvolver no futuro.

É considerado que as escolhas efetuadas são as apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam, de forma adequada, a posição financeira do Município e o resultado das suas transações em todos os aspetos considerados materialmente relevantes.

Os principais juízos de valor efetuados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis e propriedades de investimento;
- Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis e propriedades de investimento;
- Registo de imparidades, provisões e divulgações de passivos e ativos contingentes;
- Especializações diversas.

13. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Município de Avis mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, para o setor público.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço só são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo as demonstrações financeiras.

Não existem eventos subsequentes suscetíveis de divulgação, para além da referência, em especial, neste exercício, tal como no anterior, da doença COVID – 19.

14. Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros

Com a adoção do SNC-AP em 1 de janeiro de 2020, o Município atualizou as vidas úteis dos seus edifícios e outras construções para os AFT e PI de acordo com o CC2. Esta situação originou uma menor vida útil remanescente para a maioria dos seus edifícios e, consequentemente, um aumento do valor das depreciações por exercício.

Notas às Demonstrações Financeiras

Nota 3 – Ativos Intangíveis

Q3.1 e Q3.2 – Quantia escriturada e movimentos do trimestre

A3 - QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO TRIMESTRE											Pág.: 1
MUNICÍPIO DE AVIS											Ano: 2021
Período: 2021/01/01 - 2021/12/31			Periodicidade Trimestral / Período Trimestral Após Aço					Visualizar Contas a/ Mov. 3 Euros			
SUBSÍDIO	Designação	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final	
			Adições	Transferências Inter. Estat.	Reversões	Reversões por Imparidade	Perdas por Imparidade	Amortizações por período	Diferenças cambiais		Demonstrações
	Ativos Intangíveis	78.515,66	1.033,20					-36.585,28		41.963,58	
A13	Projetos de desenvolvimento	27.927,35						-10.562,35		19.365,00	
A14	Programas de computador e sistemas de informação	50.588,31	1.033,20					-25.022,93		26.598,58	
	Total:	78.515,66	1.033,20					-36.585,28		41.963,58	

Q3.3 – Desagregação das adições

A1 - DESAGREGAÇÃO DAS ADIÇÕES											Pág.: 1
MUNICÍPIO DE AVIS											Ano: 2021
Período: 2021/01/01 - 2021/12/31			Periodicidade Trimestral / Período Trimestral Após Aço					Visualizar Contas a/ Mov. 3 Euros			
SUBSÍDIO	Designação	Adições									
		Internas	Compra	Cessão	Transferências ou troca	Doação, herança legado/perdoar a favor do estado	Doação em pagamento	Locação financeira	Fundo, custo reestruturação	Outras	Total
A14	Ativos Intangíveis		1.033,20								1.033,2
	Programas de computador e sistemas de informação		1.033,20								1.033,2
Total:			1.033,20								1.033,2

a) Bases de mensuração

Os ativos intangíveis adquiridos, pelo valor de 1.033,20€, encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até aquela data, deduzido das amortizações.

O valor total do ativo bruto totaliza no final do exercício 581.405,67 €.

b) Método de amortização usado

As amortizações dos ativos intangíveis são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida

útil constante no Classificador Complementar 2. Sempre que se justifique a vida útil dos ativos é revista em função das qualificações exigidas para a sua operacionalidade, podendo nestes casos serem adotados outras estimativas de amortização. Durante o exercício foram reconhecidas amortizações no valor de 36.508,28€, totalizando as amortizações acumuladas o valor de 538.442,09€.

c) Vidas úteis ou taxas de amortização

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo intangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de amortização, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada.

d) Valor escriturado e bens totalmente amortizados em uso

No final do exercício o valor dos ativos intangíveis era de 538.3442,09€, verificando-se uma variação de 1.033,20€.

Encontram-se em uso 398.755,44€ de ativos intangíveis totalmente amortizados.

Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente

O Município detém um contrato de concessão de serviços, cujo objeto consiste na distribuição de energia elétrica em baixa tensão na área do Município de Avis.

Pela exploração dos serviços de distribuição de energia elétrica em baixa tensão a entidade E-Redes paga uma contrapartida trimestral, calculada anualmente. Em 2021, o valor trimestral foi de 63.810,52€.

O respetivo ativo não se encontra reconhecido nas demonstrações financeiras por não serem conhecidos os respetivos valores dos bens.

Nota 5 – Ativos Fixos Intangíveis

Q5.1 – Variação das depreciações e perdas por imparidade acumuladas

APT - VARIAÇÃO DAS DEPRECIações E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS									
MUNICÍPIO DE AVIS									
Período: 2021/01/01 - 2021/12/31									
Periodicidade Trimestral - Período Trimestral Após Ajustamento dos Resultados									
Visualizar Contas e/ou Mov. 7.5. Bônus									
SUBSÍDIOS (1)	Designação	Início do Período				Fim do Período			
		Quantia bruta (2)	Depreciações Acumuladas (3)	Perdas por Imparidade Acumuladas (4)	Quantia escriturada (5)=(2)-(3)-(4)	Quantia bruta (6)	Depreciações Acumuladas (7)	Perdas por Imparidade Acumuladas (8)	Quantia escriturada (9)=(6)-(7)-(8)
	Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural	70.470.592,74	44.769.493,22		25.701.099,52	70.470.592,74	44.769.493,22		25.701.099,52
AST1.1	Terreno e recursos naturais	2.947.307,50			2.947.307,50	2.947.307,50			2.947.307,50
AST1.2	Edifícios e outras construções	2.665.747,23	1.924.703,48		741.043,75	2.665.747,23	1.924.703,48		741.043,75
AST1.3	Infraestruturas	44.945.030,54	40.273.039,74		4.671.990,80	44.945.030,54	40.273.039,74		4.671.990,80
AST1.4	Patrimônio histórico, artístico e cultural	199.234,77	630,20		197.604,57	199.234,77	630,20		197.604,57
AST1.5	Outros								
AST1.6	Bens de domínio público em curso								
	Ativos fixos em concessão								
AST2.1	Terreno e recursos naturais								
AST2.2	Edifícios e outras construções								
AST2.3	Infraestruturas								
AST2.4	Patrimônio histórico, artístico e cultural								
AST2.5	Ativos fixos em concessão em curso								
	Outros ativos fixos tangíveis	22.083.373,23	9.309.492,54		12.773.880,69	22.083.373,23	9.309.492,54		12.773.880,69
AST3.1	Terreno e recursos naturais	3.427.157,77			3.427.157,77	3.427.157,77			3.427.157,77
AST3.2	Edifícios e outras construções	13.780.042,37	9.009.459,32		4.770.583,05	13.780.042,37	9.009.459,32		4.770.583,05
AST3.3	Equipamento básico	2.145.425,93	1.763.153,19		382.272,74	2.145.425,93	1.763.153,19		382.272,74
AST3.4	Equipamento de transporte	1.755.774,15	1.404.439,59		351.334,56	1.755.774,15	1.404.439,59		351.334,56
AST3.5	Equipamento administrativo	459.455,45	405.423,49		54.031,96	459.455,45	405.423,49		54.031,96
AST3.6	Equipamentos biológicos	4.542,87			4.542,87	4.542,87			4.542,87
AST3.7	Outros	545.505,14	524.497,97		20.007,17	545.505,14	524.497,97		20.007,17
AST3.8	Ativos fixos tangíveis em curso	742.074,29			742.074,29	742.074,29			742.074,29
	Total:	94.753.745,25	53.997.025,74		40.756.719,51	94.753.745,25	53.997.025,74		40.756.719,51

Q5.2 – Quantia escriturada e movimentos do trimestre

APT - QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO TRIMESTRE MUNICÍPIO DE AVÍS									
Página : 1									
Ano : 2021									
Período : 2021/01/01 - 2021/12/31 Visualizar Contas s/ Mov. ? S (Periodicidade Trimestral / Período Trimestral Após Ago									
Banco									
ATIVOS FILOS TANGÍVEIS	Quantia escriturada inicial	Variações no período							
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais	Diminuições
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural	23.561.868,84	50.570,00					-2.117.514,63		26.514.924,21
Terceiros e recursos naturais	2.547.307,50								2.547.307,50
Edifícios e outras construções	1.151.063,77						-101.545,34		1.049.518,43
Infraestruturas	24.555.500,40	25.570,00					-2.011.502,70		22.610.067,70
Patrimônio histórico, artístico e cultural	157.636,77	25.000,00					-4.122,64		208.470,13
Outros									
Bens de domínio público em curso									
Ativos fixos em concessão									
Terceiros e recursos naturais									
Edifícios e outras construções									
Infraestruturas									
Patrimônio histórico, artístico e cultural									
Ativos fixos em concessão em curso									
Outros ativos fixos tangíveis	23.774.740,25	2.361.265,83					-489.207,05	-5.149,00	25.632.659,47
Terceiros e recursos naturais	3.427.157,77	26.000,00							3.453.157,77
Edifícios e outras construções	3.770.064,35						-270.200,00		3.499.864,35
Equipamento básico	382.463,74	106.493,17					-59.094,43		430.862,48
Equipamento de transporte	355.076,57	465.735,47					-125.559,74		695.252,30
Equipamento administrativo	50.783,01	15.820,62					-15.261,41	-5.149,00	56.182,22
Equipamentos biológicos	4.542,87								4.542,87
Outros	40.558,05	24.286,47					-15.075,45		49.769,07
Ativos fixos tangíveis em curso	742.078,25	1.718.937,10							2.461.015,35
Total :	41.656.639,53	2.402.235,83					-2.606.121,73	-5.149,00	41.447.609,63

Q5.3 – Desagregação das adições

2021/04/01 dozero		RPT - DESAGREGAÇÃO DAS ADIÇÕES MUNICÍPIO DE AVIS									Pág.: 1 Ano: 2021	
Período: 2021/01/01 - 2021/03/31		Visualizar Contas e/ou Mov. P/D		Periodicidade Trimestral / Período Trimestral Apdo Apd							Euros	
ATIVOS FILOS TANGÍVEIS	Ativos											
	Internos	Compra	Cessão	Transferências de troca	Expropriado	Jardos, heranças, legados ou perdidos a favor do Estado	Jardos em pagamento	Locado financeiro	Passo, risco, reestruturado	Outras	Total	
Bens de domínio público, patrimônio histórico, antiquário e cultural		50.870,00									50.870,00	
Terras e recursos naturais												
Edifícios e outras construções												
Infraestruturas		25.870,00									25.870,00	
Patrimônio histórico, antiquário e cultural		25.000,00									25.000,00	
Outros												
Bens de domínio público em curso												
Ativos filios em concessão												
Terras e recursos naturais												
Edifícios e outras construções												
Infraestruturas												
Patrimônio histórico, antiquário e cultural												
Ativos filios em concessão em curso												
Outros ativos filios tangíveis		1.391.399,91		17.310,00							1.391.399,91	
Terras e recursos naturais		25.000,00									25.000,00	
Edifícios e outras construções												
Equipamento básico		69.174,65		17.310,00							106.484,65	
Equipamento de transporte		465.735,47									465.735,47	
Equipamento administrativo		19.810,42									19.810,42	
Equipamentos públicos												
Outros		24.286,47									24.286,47	
Ativos filios tangíveis em curso		1.719.397,10									1.719.397,10	
Total:		1.594.399,91		17.310,00							1.601.709,91	

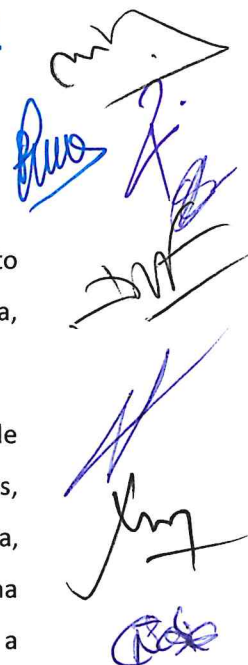


Q5.4 – Desagregação das diminuições

APT - DESAGREGAÇÃO DAS DIMINUIÇÕES					Pág. : 1	
MUNICÍPIO DE AVIS					Ano : 2021	
Período : 2021/01/01 2021/12/31 (Periodicidade Trimestral / Período Trimestral Após Aço Visualizar Contas s/ Mov. ? S Euros						
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Diminuições					
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Patrimônio histórico, artístico e cultural						
Outros						
Bens de domínio público em curso						
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Patrimônio histórico, artístico e cultural						
Ativos fixos em concessão em curso						
Outros ativos fixos tangíveis					-5.148,00	-5.148,00
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Equipamento básico						
Equipamento de transporte						
Equipamento administrativo					-5.148,00	-5.148,00
Equipamentos biológicos						
Outros						
Ativos fixos tangíveis em curso						
Total :					-5.148,00	-5.148,00

Q5.6 – Ativos fixos tangíveis totalmente depreciados que ainda estejam em uso

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS TOTALMENTE DEPRECIADOS QUE AINDA ESTEJAM EM USO		
Conta	Designação	Valor
4303	Infraestruturas do domínio público	2 419 278,79 €
432	Edifícios e outras construções	334 752,36 €
433	Equipamento básico	1 490 996,79 €
434	Equipamento de transporte	1 395 864,29 €
435	Equipamento administrativo	636 255,39 €
437	Outros ativos fixos tangíveis	603 078,20 €
	TOTAL	6 880 225,82 €



a) Bases de mensuração

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2021, encontram-se registrados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceitos até àquela data, deduzido das depreciações, totalizando o valor escriturado de 42.447.609,63€.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após 1 de janeiro de 2021 foram registrados ao custo de aquisição ou produção líquidos das respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, totalizado 2.402.239,83€. Os custos de aquisição ou produção incluem o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessária para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de localização que a entidade espera incorrer. Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a entidade e o custo possa ser mensurado com fiabilidade.

b) Método de depreciação usado

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil dado constantes no classificador complementar 2. Sempre que se justifique a vida útil dos ativos é revista em função das qualificações exigidas para a sua operacionalidade, podendo nestes casos serem adotados outras estimativas de depreciação. Durante o exercício foram imputados a gastos 2.654.613,41€ de depreciações do exercício, ficando registado um valor acumulado de 56.738.45,21€.

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo fixo tangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de depreciação, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

d) Valor escriturado e bens totalmente amortizados em uso

A quantia bruta dos ativos fixos tangíveis totalizava 95.989.841,73€ contra 95.311.687,00€ no início do período a que correspondeu uma adição bruta de 683.302,73€.

Encontram-se em uso 6.880.225,52€ de ativos tangíveis totalmente amortizados. Sendo que 2.419.278,79€ corresponde a ativos fixos tangíveis de bens domínio público.

Nota 6 – Locações

6.1 – Locações financeiras – Locatário

Não aplicável ao Município de Avis.

6.2 – Locações operacionais – Locatário

Não aplicável ao Município de Avis.

Nota 7 – Custo de empréstimos obtidos

a. Política contabilística

O Município reconhece os custos de empréstimos obtidos como gastos do período e que são suportados.

b. Custo de empréstimo obtidos

No final do exercício de 2021 o município tinha 6 empréstimos contratados, enquadrados no artigo 51º do REFALEI, destinados a financiar investimentos. Não existem contratos de locação financeira.

De acordo com o quadro dos respetivos contratos o município irá liquidar esses empréstimos até ao final de 2033, num quadro de encargos plurianuais relativos a amortizações conforme quadros seguintes:

Financiamentos	31.12.2021			31.12.2020		
	Passivo Corrente	Passivo Não Corrente	TOTAL	Passivo Corrente	Passivo Não Corrente	TOTAL
Empréstimos financiamento	152 490,00 €	550 315,03 €	702 805,03 €	242 179,95 €	696 253,38 €	938 433,33 €
- CGD	152 490,00 €	508 600,85 €	661 090,85 €	198 710,15 €	628 511,85 €	827 222,00 €
- CCAM	- €	41 714,18 €	41 714,18 €	43 469,80 €	67 741,53 €	111 211,33 €
TOTAL	152 490,00 €	550 315,03 €	702 805,03 €	242 179,95 €	696 253,38 €	938 433,33 €

DOCUMENTOS DE
PRESTAÇÃO DE CONTAS



ANOS	CGD	CCAM
2022	152 464,05	32 275,43 €
2023	112 578,00	42 008,75 €
2024	80 218,06	
2025	72 323,24	
2026	28 125,00	
2027	28 125,00	
2028	28 125,00	
2029	28 125,00	
2030	28 125,00	
2031	28 125,00	
2032	28 125,00	
2033	14 062,50	
Totais	628 520,85	74 284,18

2021

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'M' and 'P' at the top, and a signature at the bottom.]

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS



2021

Mapa de Empréstimos – modelo TC

Tipo	Identificação do empréstimo		Data de emissão do contrato	Prazo do contrato	Ano de emissão	N.º do registro	Data	Finalidade do empréstimo	Capital		Taxa de juro		Forma de pagamento	Legislação aplicável		Contas a pagar - até 31.12.2021		Saldo em dívida ao 31.12.2021		Fundamento legal																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																		
	N.º do contrato	N.º do processo							Contratado	Substituído	Anual	Mensal		Anual	Mensal	Anual	Mensal	Anual	Mensal		Anual	Mensal	Anual	Mensal	Anual	Mensal																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
																											Contratado	Substituído	Anual	Mensal	Anual	Mensal	Anual	Mensal	Anual	Mensal	Anual	Mensal	Anual	Mensal	Anual	Mensal																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
																																											Contratado	Substituído	Contratado	Substituído	Contratado	Substituído	Contratado	Substituído	Contratado	Substituído	Contratado	Substituído	Contratado	Substituído																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																														
Nó do contrato	PT001/2018/001/001/001/001	CGD	04.09.2018	20	1	2018	28.11.2018	Contrato de Empréstimo	499.775.000	499.775.000	6,00			499.775.000	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.917	41.647.9

Nota 8 – Propriedades de Investimento

Bases de Mensuração

Os ativos reconhecidos como propriedades e investimento encontram-se valorizados ao custo.

Q 8.1 - PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO - MODELO DO CUSTO- QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO PERÍODO

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações			Quantia escriturada final
		Adições	Depreciações do período	Diminuições	
Propriedades de Investimento					
Edifícios e outras construções	173 400,75 €	- € -	6 758,40 €	- €	166 642,35 €
TOTAL	173 400,75 €	- € -	6 758,40 €	- €	166 642,35 €

a) Método de depreciação usado

As depreciações das propriedades de investimento são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil dado constantes no Classificador Complementar. Sempre que se justifique a vida útil dos ativos é revista em função das qualificações exigidas para a sua operacionalidade, podendo nestes casos serem adotados outras estimativas de depreciação.

b) Vidas úteis ou taxas de depreciação

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo fixo tangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de depreciação, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

Nota 9 – Imparidades de ativos

Q9.1 - Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa

Ativo	Natureza	31/12/2021		
		Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis obtidos	Gerador de caixa	207 243,78 €	- €	207 243,78 €
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	Gerador de caixa	- €	- €	- €
Clientes, contribuintes e utentes	Gerador de caixa	112 343,36 €	40 857,87 €	71 485,49 €
Outras contas a receber	Gerador de caixa	342 682,36 €		342 682,36 €
Mercadorias	Gerador de caixa	- €	- €	- €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Não gerador de caixa	279 966,15 €	122 045,75 €	157 920,40 €
Investimentos financeiros	Gerador de caixa	519 420,39 €		519 420,39 €
Propriedades de investimento	Gerador de caixa	- €		- €
Ativos fixos tangíveis	Não gerador de caixa	98 450 857,12 €		98 450 857,12 €
Ativos intangíveis	Não gerador de caixa	581 405,67 €		581 405,67 €

Para matérias-primas, subsidiárias e de consumo sem rotação há mais de 24 meses foi mantida a imparidade reconhecida em exercícios anteriores, não se tendo registado qualquer variação durante o presente período de relato.

Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa - ANO

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Reforços	Aumentos da quantia escriturada	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Outros diminuições	Total diminuições	
Cientes, contribuintes e utentes	40 857,87 €	- €			- €		- €		- €	40 857,87 €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	122 045,75 €	- €			- €		- €		- €	122 045,75 €
TOTAL	162 903,62 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	162 903,62 €

Nota 10 – Inventários

A quantia recuperável dos inventários à data de 31/12/2021 e 31/12/2020, é a seguinte:

Q10.1 - Inventários

Rubricas	31/12/2021			31/12/2020		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	267,53 €	- €	267,53 €	- €	- €	- €
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	279 966,15 €	122 045,75 €	157 920,40 €	296 249,56 €	122 045,75 €	174 203,81 €
Pecas e outros materiais de manutenção	10 837,24 €	- €	10 837,24 €	15 167,21 €	- €	15 167,21 €
Alimentação - géneros para confeccionar	468,46 €	- €	468,46 €	395,37 €	- €	395,37 €
Outros materiais diversos de consumo	268 660,45 €	- €	268 660,45 €	280 686,98 €	- €	280 686,98 €
TOTAL	280 233,68 €	122 045,75 €	158 187,93 €	296 249,56 €	122 045,75 €	174 203,81 €

O custo de cada item de inventário é determinado através da média ponderada do seu custo inicial e do custo de itens semelhantes adquiridos durante 2021 – custo médio ponderado. De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos valores da conta de inventários e os movimentos do período.

Durante o exercício registou-se um aumento da quantia recuperável nos inventários no valor de 158.187,93€.

Inventários: movimentos do período

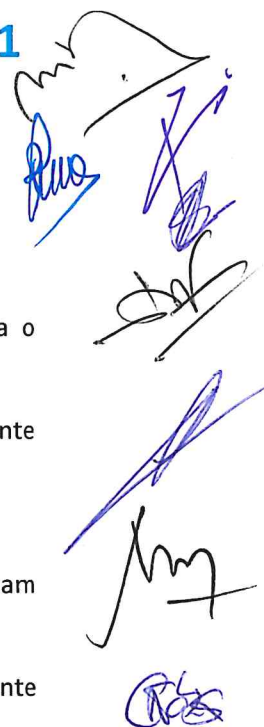
Os movimentos de inventário no período expressam-se conforme segue:

Q10.2 – Movimentos do período

Município de Avis									Ano	2021
(QUADRO 10.2) - INVENTÁRIOS - MOVIMENTOS DO PERÍODO									Data	2021/01/01 a 2021/12/31
									Pág.	1
Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	MOVIMENTOS DO PERÍODO								
		Compras Líquidas	Consumos/Gastos	Var. Inv. produção	Perdas Imparidade	Reversões P.Impar.	Out. reduções Inv.	Out. aumentos Inv.	Quantia Esc. Fin.	
Mercadorias		311.044,48	310.776,95						267,53	
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	174.203,81	325.398,22	341.681,63						157.920,40	
Produtos acabados e intermédios										
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos										
Produtos e trabalhos em curso										
TOTALS :		174.203,81	636.442,70	652.458,58					158.187,93	

Q10.3 – CMVMC

	2021			2020		
	MERCADORIAS	MATÉRIAS PRIMAS SUBS.CONSUMO	Total	MERCADORIAS	MATÉRIAS PRIMAS SUBS.CONSUMO	Total
Existências iniciais	- €	296 249,56 €	296 249,56 €	- €	337 891,63 €	337 891,63 €
Compras	311 044,48 €	325 398,22 €	636 442,70 €	298 959,09 €	195 342,17 €	494 301,26 €
Regularização de existências	- €	- €	- €	- €	16 462,95 €	16 462,95 €
Existências finais	267,53 €	279 966,15 €	280 233,68 €	- €	296 249,56 €	296 249,56 €
Custo das merc.vend.mat.consumidas	310 776,95 €	341 681,63 €	652 458,58 €	298 959,09 €	253 447,19 €	552 406,28 €



Nota 13 – Rendimento de transações com contraprestação
Políticas contabilísticas e métodos adotados

O rendimento das vendas é reconhecido na demonstração de resultados:

- Quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador;
- Quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse;
- Quando o montante dos réditos possa ser fiavelmente quantificado;
- Quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade;
- Quando os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rendimento das prestações de serviços é reconhecido na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

O rendimento dos juros é reconhecido na demonstração de resultados através do método do juro efetivo.

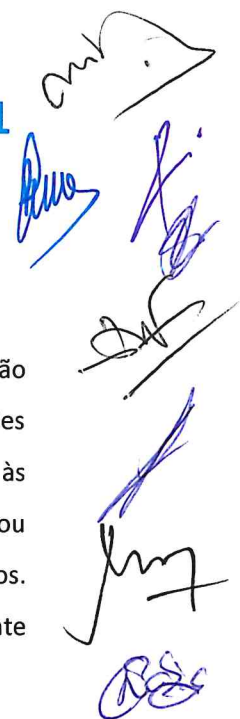
O rendimento dos dividendos é reconhecido a partir do momento em que se estabelece o direito do acionista a receber o dividendo.

Quantia de cada categoria de rendimentos

Q13.1 - Rendimento de transações com contraprestação

	31 / 12 / 2021	31 / 12 / 2020
Tipo de transação com contraprestação	Rendimento do período reconhecido	Rendimento do período reconhecido
Prestações de Serviços	677 847,29 €	655 348,32 €
Venda de bens	297 334,00 €	292 061,58 €
Juros	- €	- €
Royalties	- €	- €
Dividendos ou distribuições similares	7 214,93 €	7 219,92 €
Rendas em propriedades de investimento	30 538,52 €	27 225,70 €
Outros rendimentos	82 119,21 €	32 891,57 €
TOTAL	1 095 053,95 €	1 014 747,09 €

Os rendimentos de transações com contraprestações representam apenas 13,9% do total de rendimentos inscritos na demonstração de resultados por natureza.



Nota 14 - Rendimento de transações sem contraprestação

Políticas contabilísticas e métodos adotados

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos. Embora exista uma parte do rendimento obtido através de taxas, este rendimento foi igualmente incluído nas transações sem contraprestação.

Nas transações sem contraprestação com origem em transferências incluídas no património líquido, foram igualmente consideradas as transações com condições que temporariamente são igualmente reconhecidas como passivo e, por isso, se encontram reconhecidas na conta 28.2.2.

Conforme referido no parágrafo 5º da NCP 14 o termo rendimento abrange tanto rendimentos como ganhos.

Quantia de cada categoria de rendimentos

Q14.1 - Rendimento de transações sem contraprestação					
31 / 12 / 2021					
Tipo de transação sem contraprestação	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património Líquido	Início do período	Final do período	
Impostos diretos	408 651,77 €		- €	- €	
Impostos indiretos	223 028,87 €		- €	- €	
Taxas	35 368,95 €		7 784,53 €	2 327,29 €	
Multas e outras penalidades	1 683,95 €		32,38 €	32,38 €	
Transferências sem condição	5 732 336,44 €	2 270 666,00 €	374 339,48 €	43 890,33 €	
Transferências com condição	- €	1 178 104,13 €	550 394,65 €	163 353,45 €	
TOTAL	6 401 069,98 €	3 448 770,13 €	932 551,04 €	209 603,45 €	- €

O valor das transferências, assume um carácter estruturante no Município de Avis, na medida em que representa 81% do total dos rendimentos com origem em transações.



Nota 15 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

As provisões são reconhecidas quando se verifica cumulativamente as seguintes situações:

- Exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado;
- Seja provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos que será necessário para liquidar a obrigação;
- Possa ser efetuada uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

No Município de Avis existem processos judiciais em curso. Porém não foram constituídas provisões, por não se reunirem todas as condições atrás referidas.

Passivos Contingentes

Os passivos contingentes são:

- Obrigações possíveis, que carecem de confirmação se a entidade tem ou não uma obrigação presente que possa conduzir a um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço; ou
- Obrigações presentes, que não satisfazem os critérios de reconhecimento da NCP 15 (por isso não são reconhecidos sob a forma de provisão), quer porque não é provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para extinguir a obrigação, quer porque não pode ser feita uma estimativa suficientemente fiável da quantia da obrigação.

Apresentam-se assim os processos judiciais em curso sobre os quais foi efetuada uma apreciação jurídica de risco e, embora não se verifique as condições para reconhecimento de provisão, são apresentados os mesmos para os efeitos de divulgação dos passivos contingentes.

Q15.2 - Passivos Contingentes						
N.º	Processo	Instituição	Autor	Pedido	Valor Ação	Posição Atual
1	530/21,OBEAM	Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco	Jorge do Carmo Pé Curto VS Município de Avis		30,000,01€	Fase de articulados
2	178/17,4BECTB	Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco	Município de Avis VS Eduardo Manuel da Silva Lopes		3 653,10 €	Aguarda marcação de julgamento
3	340/20.2BECTB	Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco	Luisa Sousa VS Município de Avis		5 000,01 €	A decorrer
4	403/20.4BECTB	Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco	Sociedade Agro Pecuária da Ameixeira, S.A VS Município de Avis		284 999,87 €	Aguarda julgamento

Nota 18 – Instrumentos financeiros

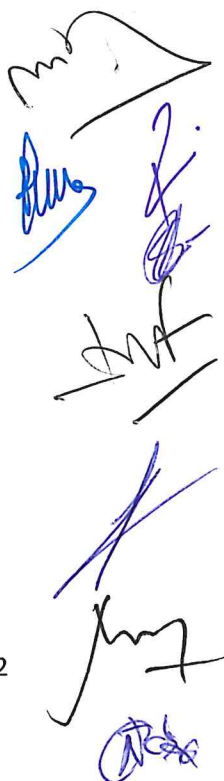
Os instrumentos financeiros ativos mensurados ao custo amortizado menos perdas por imparidade expressam a os valores a seguir apresentados.

Ativos Financeiros

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de ativos financeiros			31.12.2021			31.12.2020		
			Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Ativos financeiros	Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida em resultados	1421						
		1431						
		41. Se MEP						
	Ativos financeiros ao custo amortizado menos imparidade	Subtotais						
		Devedores p/transf.sub.emp.bonif.						
		201 - Dev. por transf. e sub. não reemb.	207 243,78 €		207 243,78 €	924 734,13 €		924 734,13 €
		203 - Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	- €	- €	- €	- €	- €	- €
		Clientes, contribuintes e utentes			- €			- €
		211 - Clientes/c	57 575,22 €		57 575,22 €	58 825,23 €		58 825,23 €
		213 - Contribuintes	- €		- €	- €		- €
		214 - Utentes	2 359,67 €		2 359,67 €	7 816,91 €		7 816,91 €
		215 - Cobrança duvidosa - 219 - Imparidades	52 408,47 €	40 857,87 €	11 550,60 €	40 862,75 €	40 857,87 €	4,88 €
		Outros ativos						
		23802 + 23877 - Pessoal	- €		- €	- €		- €
		24 - Estado e out.ent.público	105 745,14 €		105 745,14 €	101 752,99 €		101 752,99 €
		2720+2721 - Dev. por acréscimos	308 733,36 €		308 733,36 €	319 349,98 €		319 349,98 €
		278+2713 - Adiantamentos a fornecedores	- €		- €	- €		- €
		2722-27591 - Devedores diversos (+) 2791 Perdas p/ imparidade	33 949,00 €		33 949,00 €	76 559,74 €		76 559,74 €
		11 + 12 + 13 - Outros ativos financeiros	1 715 678,87 €		1 715 678,87 €	2 269 443,75 €		2 269 443,75 €
		41 Participações financeiras	519 420,39 €		519 420,39 €	519 420,39 €		519 420,39 €
		Subtotais	3 003 113,90 €	40 857,87 €	2 962 256,03 €	4 318 765,87 €	40 857,87 €	4 277 908,00 €
	Instrumentos de património líquido mensurados ao custo							
		...						
		Subtotais						
	Totais		3 003 113,90 €	40 857,87 €	2 962 256,03 €	4 318 765,87 €	40 857,87 €	4 277 908,00 €

O peso determinante de ativos financeiros encontra-se nas disponibilidades de caixa e seus equivalentes.

Os devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis, representam os valores dos pedidos de pagamento ainda não recebidos de projetos financiados.



Os devedores por acréscimos e outros devedores desagregam-se em:

Outras contas a receber	31/12/2021	31/12/2020
Ativo corrente		
Devedores e credores por acréscimos (periodização económica)	308 733,36 €	319 349,98 €
- Devedores por acréscimos de rendimentos	308 733,36 €	319 349,98 €
- Outros acréscimos de rendimentos	21 713,40 €	38 313,95 €
- Impostos e taxas imputados ao período	287 019,96 €	281 036,03 €
Outros devedores	33 949,00 €	76 559,74 €
Outros devedores	33 949,00 €	71 559,74 €
Cauções - Entregues a terceiros	- €	5 000,00 €
Totais	342 682,36 €	395 909,72 €

Do quadro resulta que o valor se concentra na especialização do IMI a receber em 2022 (287.019,96€) e que reporta o exercício de 2021.

As participações financeiras detidas, mensuradas ao custo refletem as seguintes participações:

	Participações Financeiras			
	31/12/2021	Aumento	Redução	31/12/2020
Participações sociais				
FAM - Fundo de Apoio Municipal	257 904,00 €			257 904,00 €
Outras participações de capital	261 469,00 €	- €		261 469,00 €
Títulos da dívida pública a médio e longo pr	47,39 €			47,39 €
TOTAIS	519 420,39 €	- €	- €	519 420,39 €

Passivos financeiros

Os credores por transferências e subsídios empréstimos bonificados, assumem a qualificação de financiamentos obtidos a seguir apresentados na sua agregação.

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de passivos financeiros			31.12.2021			31.12.2020		
			Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Passivos financeiros	Passivos financeiros mensurados ao justo valor por contrapartida em resultados ao custo	Credores p/transf.sub.emp.bonif.						
		202 - Cred. por transf. e sub. não reemb.	7 793,40 €		7 793,40 €	- €		- €
		204-276 - Cred. por emp.bonif. e sub. reembolsáveis	- €		- €	- €		- €
		218 - Adiantamento de clientes	- €		- €	- €		- €
		22 Fornecedores	128 084,85 €		128 084,85 €	143 376,18 €		143 376,18 €
		Outros passivos						
		23 - Pessoal	2 226,39 €		2 226,39 €	- €		- €
		24 - Estado e out.ent.públicos	45 839,05 €		45 839,05 €	87 842,03 €		87 842,03 €
		271 - Fornecedores de investimentos	75 812,30 €		75 812,30 €	326 302,14 €		326 302,14 €
		2722 - Cred. por acréscimos	621 216,01 €		621 216,01 €	495 551,17 €		495 551,17 €
		4277 + 2785-27892 - Credores diversos	98 038,95 €		98 038,95 €	104 221,33 €		104 221,33 €
		25 Financiamentos obtidos	702 805,03 €		702 805,03 €	938 433,33 €		938 433,33 €
	Subtotais	1 681 815,98 €		1 681 815,98 €	2 095 726,18 €		2 095 726,18 €	
	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	...			- €			- €
		...			- €			- €
	Compromissos de empréstimo mensurados ao custo menos	...			- €			- €
		...			- €			- €
Totais			1 681 815,98 €		1 681 815,98 €	2 095 726,18 €		2 095 726,18 €

Os fornecedores resultam da atividade normal do Município enquanto dívidas correntes e os fornecedores de investimentos reportam as dívidas de investimento desenvolvidas.

Os credores por acréscimos e credores diversos desagregam-se de acordo com as seguintes componentes:

Outras contas a pagar	31/12/2021	31/12/2020
Passivo não corrente		
- Cauções	51 092,21 €	63 594,14 €
Cauções	51 092,21 €	63 594,14 €
Passivo corrente		
- Credores por acréscimos de gastos		
- Remunerações a liquidar	503 545,82 €	434 894,49 €
- Juros a liquidar e outros gastos financeiros	1 692,37 €	1 893,11 €
- Outros acréscimos de gastos	115 977,82 €	58 763,57 €
- Outros credores	49 173,13 €	40 627,19 €
- Outros credores	49 173,13 €	40 627,19 €
Totais	721 481,35 €	599 772,50 €

Nota 20 – Divulgações de partes relacionadas

O Município de Avis não detém participações em entidades que controla, não sendo por isso aplicável.

Na sequência do atrás referido, não é igualmente aplicável, a divulgação das transações entre entidades relacionadas.

Outras Divulgações

Nota 21 – Rendimentos e ganhos

Rendimentos e Ganhos		
RENDIMENTOS E GANHOS	2021	2020
70 Impostos, contribuições e taxas	668 733,54 €	563 679,71 €
71 Vendas	297 334,00 €	292 061,58 €
72 Prestações de serviços e concessões	677 847,29 €	655 348,32 €
73 Variações nos inventários da produção	- €	- €
74 Trabalhos para a própria entidade	- €	- €
75 Transferências e subsídios correntes obtidos	5 995 090,65 €	5 963 488,95 €
76 Reversões	- €	7 133,46 €
77 Ganhos por aumentos de justo valor	- €	- €
78 Outros rendimentos	503 402,87 €	418 465,15 €
79 Juros, dividendos e out.rendimentos similares	7 214,93 €	7 219,92 €
Totais	8 149 623,28 €	7 907 397,09 €

Durante o ano de 2021 a totalidade dos rendimentos e ganhos, classificados por naturezas, ascendeu a 8.149.623,28€.

Na comparabilidade nos períodos de 2021 e 2020, verifica-se um aumento de rendimentos e ganhos de cerca de 242 mil euros.

Nota 22 – Gastos e perdas

Durante o ano de 2021 a totalidade dos gastos e perdas, classificados por naturezas, ascenderam aos seguintes montantes:

GASTOS E PERDAS	2021	2020
60 Transferências e subsídios concedidos	838 456,44 €	582 738,28 €
61 Custo das merc. vend. mat. consumidas	652 458,58 €	552 406,28 €
62 Fornecimentos e serviços externos	1 843 702,25 €	1 511 843,61 €
63 Gastos com o pessoal	3 932 867,13 €	3 751 897,61 €
64 Gastos de depreciação e de amortização	2 654 613,41 €	2 603 591,64 €
65 Perdas por imparidade	- €	25 926,12 €
67 Provisões	- €	- €
68 Outros gastos	530 340,38 €	245 995,09 €
69 Gastos por juros e outros encargos	25 384,08 €	29 133,98 €
Totais	10 477 822,27 €	9 303 532,61 €

Na comparabilidade nos períodos de 2021 e 2020, verifica-se aumento de gastos e perdas de cerca de 1.174 mil euros.

Nota 23 – Gastos com pessoal

Em 31/12/2021 o Município de Avis, tinha um total de 185 trabalhadores.

Q 23.1 Recursos Humanos		
Recursos humanos	2021	2020
Número de trabalhadores no final do período	185	182
Número médio de trabalhadores ao longo do período		
Idade média dos trabalhadores		
Antiguidade média dos trabalhadores		
Horas de formação totais		
Média de horas de formação por trabalhador		
Gastos com o pessoal	3 932 867,13 €	3 751 897,61 €
Gastos médios por trabalhador	21 258,74 €	20 614,82 €
VAB por trabalhador		
Taxa geral de absentismo		
Total de acidentes de trabalho		
Média de acidentes de trabalho por trabalhador		

Como já foi referido, verifica-se um aumento no total dos gastos com pessoal face ao ano 2020.



Gastos com o pessoal	2021	2020
Remunerações Órgãos Autárquicos	135 719,74 €	142 743,13 €
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	- €	19 741,54 €
Remunerações do pessoal	2 951 887,74 €	2 775 319,06 €
Remuneração base	2 266 481,21 €	2 119 112,27 €
- Subsídios de férias	181 461,36 €	183 004,34 €
- Subsídios de Natal	173 844,98 €	171 202,49 €
- Despesas de representação	- €	- €
- Subsídio de refeição	188 954,01 €	188 963,55 €
- Gratificações	- €	- €
- Suplementos e prémios	- €	- €
- Outros suplementos	- €	- €
- Abonos variáveis ou eventuais	141 146,18 €	113 036,41 €
Pensões	1 414,52 €	8 022,26 €
Indemnizações	- €	- €
Encargos s/ Remunerações	626 602,07 €	650 744,80 €
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	10 101,19 €	- €
Gastos de ação social	- €	- €
Outros gastos com o pessoal	202 220,91 €	149 548,75 €
Outros encargos sociais	4 920,96 €	5 778,07 €
Totais	3 932 867,13 €	3 751 897,61 €

Nota 24 – Transferências e subsídios concedidos

Q 24 Transferências e subsídios concedidos		
TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CONCEDIDOS	2021	2020
Transferências correntes concedidas		
- Associações de Municípios	47 680,54 €	15 367,87 €
- Freguesias	104 604,94 €	106 061,42 €
- Instituições sem fins lucrativos	262 540,55 €	205 812,54 €
- Famílias	62 510,13 €	32 531,02 €
- Outras	5 418,54 €	46 800,00 €
- Prestações sociais	29 737,45 €	- €
Subtotal	512 492,15 €	406 572,85 €
Transferências capital concedidas		
- Freguesias	155 964,29 €	123 665,43 €
- Instituições sem fins lucrativos	170 000,00 €	52 500,00 €
Subtotal	325 964,29 €	176 165,43 €
Totais	838 456,44 €	582 738,28 €

Consta-se um aumento significativo face a 2020, no valor de cerca de 256 mil euros.

Nota 26 – Depreciações

O total de depreciações do exercício foi de 2.654.613,41€.

Depreciações e Amortizações	2021	2020
Bens do domínio público	6 758,40 €	6 758,40 €
Bens do domínio público	2 117 914,68 €	2 126 555,59 €
Edifícios e outras construções	270 203,02 €	270 783,01 €
Equipamento básico	58 084,43 €	31 623,78 €
Equipamento de transporte	129 558,74 €	65 344,28 €
Equipamento administrativo	20 429,41 €	17 851,26 €
Outros ativos fixos tangíveis	15 079,45 €	20 608,00 €
Ativos intangíveis	36 585,28 €	64 067,32 €
Totais	2 654 613,41 €	2 603 591,64 €

Nota 27 – Fornecimentos e serviços externos

Esta componente dos gastos, durante os anos de 2021, apresenta o seguinte desenvolvimento:

Q 27 FSE

Fornecimentos e serviços externos		2021	2020
621	Subcontratos e parcerias	502 655,29 €	462 855,72 €
	- Serviços de Saneamento básico	207 694,92 €	173 957,27 €
	- Iluminação Pública	123 900,81 €	116 863,33 €
	- Transportes Escolares	50 738,25 €	47 749,79 €
	- Outros	120 321,31 €	124 285,33 €
622	Serviços especializados	781 204,46 €	604 781,18 €
	- Trabalhos especializados	588 505,54 €	479 790,12 €
	- Publicidade comunicação e imagem	369,00 €	1 888,05 €
	- Vigilância e segurança	96 700,09 €	31 431,96 €
	- Honorários	32 356,86 €	20 770,23 €
	- Comissões	15 470,27 €	13 322,34 €
	- Conservação e reparação	47 802,70 €	57 578,48 €
623	Materiais de consumo	62 872,14 €	35 006,53 €
	- Material de escritório	13 353,31 €	12 222,24 €
	- Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	4 982,49 €	2 122,82 €
	- Material de educação cultura e recreio	30,00 €	656,97 €
	- Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	23 101,44 €	13 237,50 €
	- Medicamentos e artigos para a saúde	18 741,94 €	6 537,54 €
	- Outros fornecimentos e serviços	2 662,96 €	229,46 €
624	Energia e fluidos	166 241,07 €	115 882,12 €
	- Electricidade	163 265,84 €	115 882,12 €
	- Combustíveis e lubrificantes	2 975,23 €	- €
625	Deslocações, estadas e transportes	20 317,78 €	16 126,96 €
	- Deslocações e estadas	7 707,53 €	7 390,19 €
	- Transportes de mercadorias e outros bens vendidos	1 018,63 €	2 746,87 €
	- Outros	11 591,62 €	5 989,90 €
626	Serviços diversos	310 411,51 €	277 191,10 €
	- Rendas e alugueres	146 643,47 €	145 522,29 €
	- Comunicação	16 076,73 €	10 347,27 €
	- Seguros	37 316,84 €	28 925,70 €
	- Despesas de representação dos serviços	690,15 €	137,00 €
	- Limpeza, higiene e conforto	50 908,28 €	37 180,75 €
	- Outros serviços	58 776,04 €	55 078,09 €
Totais		1 843 702,25 €	1 511 843,61 €

Nota 29 – Diferimentos

Diferimentos ativos

Os diferimentos ativos, à data de 31/12/2021 e 31/12/2020, são os seguintes:

Diferimentos ativos	31/12/2021	31/12/2020
Gastos a reconhecer		
Seguros	31 460,65 €	27 765,37 €
Outros gastos a reconhecer	63 038,05 €	71 419,27 €
Totais	94 498,70 €	99 184,64 €

Diferimentos passivos

Os diferimentos passivos, à data de 31/12/2021 e 31/12/2020, são os seguintes:

Diferimentos passivos	31/12/2021	31/12/2020
Rendimentos a reconhecer	1 178 104,13 €	948 706,41 €
- Transferências e subsídios de capital obtidos com condições	1 178 104,13 €	948 706,41 €
- FEDER	1 178 104,13 €	948 706,41 €
Totais	1 178 104,13 €	948 706,41 €

Nota 30 – Alterações do património líquido

Q 23 - Alterações no Património Líquido

Rubricas	01/01/2021	Aplicação dos resultados	Reposição subsídios	Reconhecimento Sub	Resultado do exercício	Outros movimentos	31/12/2021
51 - Património	65 413 899,17 €						65 413 899,17 €
55 - Reservas	- €	- €				- €	- €
56 - Resultados transitados	-27 546 023,76 €	-1 396 135,52 €	0,00 €		0,00 €	0,00 €	-28 942 159,28 €
- Resultados transitados De períodos anteriores	-24 329 789,87 €	-1 396 135,52 €					-25 725 925,39 €
- Ajustamentos de reorganização de operações	-3 216 233,89 €						-3 216 233,89 €
57 - Ajust. em ativos financeiros	- €					- €	- €
59 - Outras variações no património líquido	7 943 679,91 €		- €			- €	8 868 697,21 €
- Transferências e subsídios de capital	6 765 719,19 €		- €			- €	6 598 031,21 €
- Ativos depreciables	6 677 403,77 €			- 167 687,98 €			6 509 715,79 €
- Ativos não depreciables	88 315,42 €					- €	88 315,42 €
- Outras transferências, sub.capital						- €	2 083 596,00 €
- FEF Capital	458 584,72 €			548 850,59 €			1 007 435,31 €
- Artº 35º, nº 3, Lei nº 73/2013	532 306,00 €			543 854,69 €			1 076 160,69 €
- Doações obtidas	187 070,00 €						187 070,00 €
818 - Resultados líquido do exercício	-1 396 135,52 €	0,00 €	0,00 €		-2 328 198,99 €		-2 328 198,99 €
TOTAL	44 415 419,80 €		- €		-2 328 198,99 €	- €	43 012 238,11 €

As variações no património líquido no exercício de 2021, apresentam as seguintes operações:

1. Transferência do resultado líquido do período de 2020, resultados transitados negativos no valor de 1.396.135,52€;

2. Reconhecimento do resultado líquido do período de 2021, (-2.328.198,99€) cuja aplicação a resultados transitados será proposta no relatório de gestão;
3. Reconhecimento da imputação a resultados das transferências e subsídios de capital atribuídas a ativos depreciables;
4. Reconhecimento das transferências de capital, resultantes do FEF de Capital e n.º 3, do art.º 35 da Lei n.º 73/2013.

[Handwritten signatures in blue ink]

Contabilidade de Gestão

O SNC-AP veio introduzir alterações no modelo de contabilidade de custos para a contabilidade de gestão, quer quanto ao sistema de custeio, quer quanto aos apuramentos a obter. Dadas as limitações ainda existentes na implementação desta contabilidade, nomeadamente ao nível de recursos humanos e técnicos, não foi possível ao Município de Avis, embora já com alguns desenvolvimentos nesta matéria, cumprir os requisitos na NCP 27 – Contabilidade de Gestão.

[Handwritten signatures in blue ink]



Acontecimentos após a data de relato

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas demonstrações financeiras.

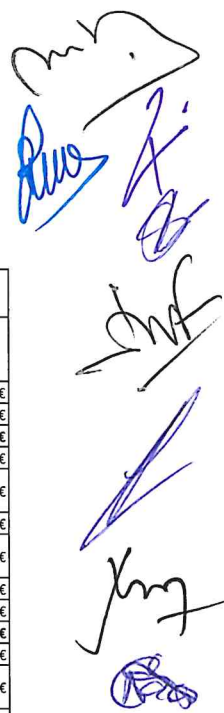
Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Anexo às Demonstrações Orçamentais

DDORC



DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL								
Rubrica	Designação	Fontes de Financiamento (2021)						2020
		R P	R G	U E	EMPR	F. ALHEIOS	TOTAL	
	Operações orçamentais [1]	2 165 222,25 €		41 500,27 €			2 206 722,52 €	1 523 382,95 €
	Operações de tesouraria [A]					62 721,23 €	62 721,23 €	74 700,24 €
	Receita corrente	7 554 737,47 €		72 385,55 €			7 627 123,02 €	7 093 877,79 €
R1	Impostos diretos	652 507,65 €					652 507,65 €	566 909,37 €
R3	Taxas, multas e outras penalidades	41 059,54 €					41 059,54 €	41 555,73 €
R4	Rendimentos de propriedade	276 012,59 €					276 012,59 €	270 343,82 €
R5	Transferências e subsídios correntes	5 990 400,04 €		72 385,55 €			6 062 785,59 €	5 629 149,47 €
R6	Venda de bens e serviços	578 922,31 €					578 922,31 €	580 440,88 €
R7	Outras receitas correntes	15 835,34 €					15 835,34 €	5 478,52 €
	Receita de capital	1 355 256,83 €		570 126,11 €			1 925 382,94 €	1 375 546,68 €
R8	Venda de bens de investimento	85 229,02 €					85 229,02 €	22 284,05 €
R9	Transferências e subsídios de capital	1 270 027,81 €		570 126,11 €			1 840 153,92 €	1 353 262,63 €
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	4 864,09 €					4 864,09 €	15 910,55 €
	Receita efetiva [2]	8 914 858,39 €		642 511,66 €			9 557 370,05 €	8 485 335,02 €
	Receita não efetiva [3]							
	Soma [4] = [1] + [2] + [3]	11 080 080,64 €		684 011,93 €			11 764 092,57 €	10 008 717,97 €
	Operações de tesouraria [B]					104 519,28 €	104 519,28 €	65 170,72 €
D1	Despesas com o pessoal	3 828 000,95 €					3 828 000,95 €	3 640 548,73 €
D2	Aquisição de bens e serviços	2 415 195,11 €					2 415 195,11 €	2 109 116,34 €
D3	Juros e outros encargos	16 235,42 €					16 235,42 €	17 875,41 €
D4	Transferências e subsídios correntes	526 213,88 €					526 213,88 €	459 864,46 €
D5	Outras despesas correntes	90 259,47 €					90 259,47 €	84 574,27 €
D6	Aquisição de bens de capital	2 239 007,38 €		407 818,69 €			2 646 826,07 €	1 105 592,93 €
D7	Transferências e subsídios de capital	347 633,22 €					347 633,22 €	119 403,10 €
D8	Outras despesas de capital							
	Despesa efetiva [5]	9 462 545,43 €		407 818,69 €			9 870 364,12 €	7 536 975,24 €
	Despesa não efetiva [6]	235 628,30 €					235 628,30 €	265 020,21 €
D9	Despesa com ativos financeiros							14 338,00 €
D10	Despesa com passivos financeiros	235 628,30 €					235 628,30 €	250 682,21 €
	Soma [7] = [5] + [6]	9 698 173,73 €		407 818,69 €			10 105 992,42 €	7 801 995,45 €
	Operações de tesouraria [C]					109 661,79 €	109 661,79 €	77 149,73 €
	Saldo para a gerência seguinte	1 381 906,91 €		276 193,24 €		57 578,72 €	1 715 678,87 €	2 269 443,75 €
	Operações orçamentais [8] = [4] - [7]	1 381 906,91 €		276 193,24 €			1 658 100,15 €	2 206 722,52 €
	Operações de tesouraria [D] = [A] + [B] - [C]					57 578,72 €	57 578,72 €	62 721,23 €
	Saldo global [2] - [5]	-547 687,04 €		234 692,97 €			-312 994,07 €	948 359,78 €
	Despesa primária	9 446 310,01 €		407 818,69 €			9 854 128,70 €	7 519 099,83 €
	Saldo corrente	678 832,64 €		72 385,55 €			751 218,19 €	781 898,58 €
	Saldo de capital	-1 231 383,77 €		162 307,42 €			-1 069 076,35 €	150 550,65 €
	Saldo primário	-531 451,62 €		234 692,97 €			-296 758,65 €	966 235,19 €
	Receita total [1] + [2] + [3]	11 080 080,64 €		684 011,93 €			11 764 092,57 €	10 008 717,97 €
	Despesa total [5] + [6]	9 698 173,73 €		407 818,69 €			10 105 992,42 €	7 801 995,45 €

O Município de Avis iniciou o exercício com um saldo orçamental proveniente da gerência anterior de 2.206.722,52€ e concluiu o exercício com um saldo orçamental para a gerência seguinte de 1.715.678,87€. Durante o mesmo período o saldo de operações de tesouraria passou de 62.721,13€ no início do período para 57.578,72€.

O total da receita efetiva arrecadada durante o exercício foi de 9.557.370,05€ e a despesa ascendeu a 10.105.992,42€.

DODES

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA

Período: 01/01/2021 31/12/2021													
Rubrica	Designação	Despesa por pagar de períodos anteriores	Dotações corrigidas	Cativos / descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau de Execução Orçamental	
							Períodos anteriores	Período corrente	Total			Períodos anteriores	Período corrente
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8) = (6) + (7)	(9) = (4)-(5)	(10) = (5) - (8)	(11) = (6)/(2)x100	(12) = (7)/(2)x100
	Despesa corrente	232.580,11 €	8.004.938,00 €		7.861.177,34 €	7.050.530,52 €	232.418,01 €	6.643.486,82 €	6.875.904,83 €	810.646,82 €	174.625,69 €	2,90	82,99
D1	Despesas com o pessoal	85.221,47 €	3.915.612,03 €		3.905.509,95 €	3.871.273,47 €	85.065,58 €	3.742.935,37 €	3.828.000,95 €	34.236,48 €	43.272,52 €	2,17	95,59
D2	Aquisição de bens e serviços	144.052,07 €	3.373.636,96 €		3.249.926,99 €	2.542.458,34 €	144.045,86 €	2.271.149,25 €	2.415.195,11 €	707.468,65 €	127.263,23 €	4,27	67,32
D3	Juros e outros encargos	51,27 €	17.500,00 €		16.655,42 €	16.235,42 €	51,27 €	16.184,15 €	16.235,42 €	420,00 €		0,29	92,48
D4	Transferências e subsídios correntes		590.613,33 €		582.414,27 €	526.588,88 €		526.213,88 €	526.213,88 €	55.825,39 €	375,00 €		89,10
D5	Outras despesas correntes	3.255,30 €	107.575,68 €		106.670,71 €	93.974,41 €	3.255,30 €	87.004,17 €	90.259,47 €	12.696,30 €	3.714,94 €	3,03	80,88
	Despesa de capital	326.302,14 €	5.645.403,00 €		5.073.428,46 €	3.313.353,29 €	284.811,82 €	2.945.275,77 €	3.320.087,59 €	1.760.075,17 €	83.265,70 €	5,05	52,17
D6	Aquisição de bens de capital	326.302,14 €	4.958.718,00 €		4.464.688,56 €	2.722.298,37 €	284.811,82 €	2.362.014,25 €	2.646.826,07 €	1.742.390,19 €	75.472,30 €	5,74	47,63
D7	Transferências e subsídios de capital		433.290,00 €		373.111,60 €	355.426,62 €		347.633,22 €	347.633,22 €	17.684,98 €	7.793,40 €		80,23
D8	Outras despesas de capital		10.100,00 €										
D9	Despesa com ativos financeiros												
D10	Despesa com passivos financeiros		243.295,00 €		235.628,30 €	235.628,30 €		235.628,30 €	235.628,30 €				96,85
	Total:	558.882,25 €	13.650.341,00 €		12.934.605,80 €	10.363.883,81 €	517.229,83 €	9.588.762,59 €	10.105.992,42 €	2.570.721,99 €	257.891,39 €	3,79	70,25

O grau de execução é de 74,04% do previsto em orçamento. Transita o valor de 2.570.721,95€ em compromissos e 257.891,39€ em obrigações por pagar.

DOREC

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA

Período: 01/01/2021 31/12/2021														
Rubrica	Designação	Previsões corrigidas	Receitas por cobrar de períodos anteriores	Receitas líquidas	Receitas anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e Restituições		Receitas Cobradas Líquidas			Receita por cobrar no final do período	Grau de Execução Orçamental	
							Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total		Períodos anteriores	Período corrente
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10) = (5) - (7)	(11)	(12) = (8)/(1) x 100	(13) = (9)/(1) x 100
	Receita corrente	8 641 915,00 €	524 845,38 €	7 751 107,62 €	456 790,01 €	7 646 000,81 €	18 877,79 €	18 877,79 €	175 675,90 €	7 451 447,12 €	7 627 123,02 €	192 039,97 €	2,03	86,22
R1	Receita fiscal	693 900,00 €		664 636,21 €	12 128,56 €	664 636,21 €	12 128,56 €	12 128,56 €	- 1 769,11 €	654 276,76 €	652 507,65 €		-0,26	94,29
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde													
R3	Taxas, multas e outras penalidades	64 852,00 €	10 592,51 €	35 716,61 €	112,35 €	41 059,54 €			6 665,85 €	34 393,69 €	41 059,54 €	5 137,23 €	10,28	51,03
R4	Rendimentos de propriedade	352 650,00 €	71 559,74 €	281 932,37 €	13 660,00 €	282 512,59 €	6 500,00 €	6 500,00 €	64 390,74 €	211 621,85 €	276 012,59 €	63 810,52 €	18,26	60,01
R5	Transferências e subsídios correntes	6 557 619,00 €	374 339,48 €	6 155 518,72 €	423 182,28 €	6 062 785,59 €			67 694,94 €	5 995 090,65 €	6 062 785,59 €	43 890,33 €	1,03	91,42
R6	Venda de bens e serviços	853 894,00 €	68 306,93 €	597 242,50 €	7 448,59 €	578 922,31 €			38 670,12 €	540 252,19 €	578 922,31 €	79 178,53 €	4,53	63,27
R7	Outras receitas correntes	119 000,00 €	46,72 €	16 061,21 €	249,23 €	16 084,57 €	249,23 €	249,23 €	23,36 €	15 811,98 €	15 835,34 €	23,36 €	0,02	13,29
	Receita de capital	2 781 703,48 €	675 113,33 €	1 973 084,02 €	533 495,37 €	1 925 382,94 €			179 945,70 €	1 746 037,24 €	1 925 382,94 €	189 319,04 €	6,45	62,77
R8	Venda de bens de investimento	125 500,00 €		85 454,02 €		85 229,02 €				85 229,02 €	85 229,02 €	225,00 €		67,91
R9	Transferências e subsídios de capital	2 575 503,00 €	675 113,33 €	1 887 630,00 €	533 495,37 €	1 840 153,92 €			179 945,70 €	1 660 808,22 €	1 840 153,92 €	189 094,04 €	6,96	64,49
R10	Outras receitas de capital	80 700,48 €												
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	20 000,00 €		4 864,09 €		4 864,09 €				4 864,09 €	4 864,09 €			24,32
R12	Receita com ativos financeiros													
R13	Receita com passivos financeiros													
R14	Saldo da Gerência Anterior - Operações Orçamentais	2 206 722,52 €		2 206 722,52 €		2 206 722,52 €				2 206 722,52 €	2 206 722,52 €			100,00
	Total:	13 650 341,00 €	1 199 958,71 €	11 935 778,25 €	990 285,38 €	11 782 970,36 €	18 877,79 €	18 877,79 €	355 021,60 €	11 409 070,97 €	11 764 092,57 €	381 359,01 €	2,60	83,58

A receita do exercício situou-se em 86,18%, cumprindo as imposições legais.

DTAS

DTAS - DÍVIDAS A TERCEIROS POR ANTIGUIDADE DE SALDOS												
Designação	Passivo	Dívida Vincenda		Intervalos de Antiguidade da dívida vencida (em n dias) [C]				Exceções	Pagamentos em atraso	Total dívida por natureza da despesa		
		Curto prazo	Médio/longo prazo	<90	[90-180]	[180-365]	>365			Curto prazo	Médio/longo prazo	SOMA
		[A]	[B]	[1]	[2]	[3]	[4]			[F]=[A]+[C]	[G]=[B]	[H]=[F]+[G]
Despesas correntes	174 625,69 €	171 950,76 €		2 674,93 €						174 625,69 €	174 625,69 €	
Despesas de pessoal	43 272,52 €	43 272,52 €								43 272,52 €	43 272,52 €	
Remunerações certas e permanentes	39 664,65 €	39 664,65 €								39 664,65 €	39 664,65 €	
Abonos variáveis ou eventuais	3 607,87 €	3 607,87 €								3 607,87 €	3 607,87 €	
SS - Encargos com saúde												
ADSE e outros da AP												
Outros sectores fora da AP												
SS - Contribuições de segurança social												
CGA												
Segurança social - Regime geral												
Outras												
SS - Outras												
SS - Outras												
Aquisições de bens e serviços	127 263,23 €	124 588,30 €		2 674,93 €						127 263,23 €	127 263,23 €	
Aquisições de bens e serviços	127 263,23 €	124 588,30 €		2 674,93 €						127 263,23 €	127 263,23 €	
Juros e outros encargos												
Juros e outros encargos												
Transferências correntes	375,00 €	375,00 €								375,00 €	375,00 €	
Administrações públicas												
Outras transferências correntes	375,00 €	375,00 €								375,00 €	375,00 €	
Subsídios												
Subsídios												
Outras despesas correntes	3 714,94 €	3 714,94 €								3 714,94 €	3 714,94 €	
Outras despesas correntes	3 714,94 €	3 714,94 €								3 714,94 €	3 714,94 €	
Despesas de capital	83 265,70 €	33 039,38 €		8 736,00 €		41 490,32 €		41 490,32 €		83 265,70 €	83 265,70 €	
Aquisições de bens de capital	75 472,30 €	25 245,98 €		8 736,00 €		41 490,32 €		41 490,32 €		75 472,30 €	75 472,30 €	
Aquisições de bens de capital	75 472,30 €	25 245,98 €		8 736,00 €		41 490,32 €		41 490,32 €		75 472,30 €	75 472,30 €	
Transferências de capital	7 793,40 €	7 793,40 €								7 793,40 €	7 793,40 €	
Administrações Públicas	7 793,40 €	7 793,40 €								7 793,40 €	7 793,40 €	
TOTAL	257 891,39 €	204 990,14 €		11 410,93 €		41 490,32 €		41 490,32 €		257 891,39 €		257 891,39 €

O mapa do DTAS dívida a terceiros, por antiguidade de saldos apresenta apenas uma dívida de 257.891,39€, dos quais 41.490,32€ superior a 180 dias por motivo não imputável ao Município.

De referir que a aplicação SNC-AP não considera para este mapa o valor dos financiamentos (empréstimos) já que apenas imputa estes valores quando são emitidas as respetivas obrigações para processar as prestações.

DPPI

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO DO PLANO													
Objetivo	Designação do projeto	Grupo de Fontes de Financiamento				Montante Previsto			Montante Executado			Nível de execução financeira anual %	Nível de execução financeira global %
		R G	R P	U E	EMPR	Ano	Ano Seguinte	Total	Anos Anteriores	Ano	Total		
1	Funções gerais		328 612,89 €	185 590,90 €		514 203,79 €	1 014 000,00 €	1 528 203,79		365 264,47	365 264,47	71,04	23,90
1.1.	Serviços gerais de administração pública		304 126,00 €	157 274,00 €		461 400,00 €	1 014 000,00 €	1 475 400,00		312 460,68	312 460,68	67,72	21,18
2	Funções sociais		1 973 183,50 €	883 863,00 €		2 857 046,50 €	10 027 738,50 €	12 884 785,00		1 320 907,20	1 320 907,20	46,23	10,25
2.1.	Educação		35 768,50 €	3 700,00 €		39 468,50 €	5 115 000,00 €	5 154 468,50					
2.3.	Segurança e acção sociais		312 408,00 €	558 500,00 €		870 908,00 €	2 000,00 €	872 908,00		308 892,03	308 892,03	35,47	35,39
2.4.	Habituação e serviços colectivos		1 112 999,00 €	91 571,00 €		1 204 570,00 €	2 614 000,00 €	3 818 570,00		830 562,08	830 562,08	68,95	21,75
2.5.	Serviços culturais, recreativos e religiosos		512 008,00 €	230 092,00 €		742 100,00 €	2 296 738,50 €	3 038 838,50		181 453,09	181 453,09	24,45	5,97
3	Funções económicas		849 372,71 €	338 095,00 €		1 187 467,71 €	2 427 000,00 €	3 614 467,71		884 640,80	884 640,80	74,50	24,48
3.2.	Indústria e energia		25 450,00 €	14 865,00 €		40 315,00 €	276 000,00 €	316 315,00		34 919,05	34 919,05	86,62	11,04
3.3.	Transportes e comunicações		679 986,50 €	323 230,00 €		1 003 216,50 €	1 291 000,00 €	2 294 216,50		849 721,75	849 721,75	84,70	37,04
3.4.	Comércio e turismo		143 936,21 €			143 936,21 €	1 000,00 €	144 936,21					
3.5.	Outras funções económicas						859 000,00 €	859 000,00					
4	Outras funções		400 000,00 €			400 000,00 €	595 000,00 €	995 000,00		76 013,60	76 013,60	19,00	7,64
	Total:		3 551 169,10 €	1 407 548,90 €		4 958 718,00 €	14 063 738,50 €	19 022 456,50 €		2 646 826,07 €	2 646 826,07 €		53%

O mapa de desempenho do plano plurianual de investimentos apresenta uma percentagem de execução face ao previsto de 53%.

Operações de Tesouraria

OPERAÇÕES DE TESOURARIA						
CÓDIGO DAS CONTAS		DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL	RECEBIMENTOS	PAGAMENTOS	SALDO FINAL
07	07	Operações de tesouraria	62 721,23 €	104 519,28 €	109 661,79 €	57 578,72 €
07.1	07.2	Recebimentos por operações de tesouraria / Pagamentos por operações de tesouraria	62 721,23 €	104 519,28 €	109 661,79 €	57 578,72 €
07.1.3	07.2.3	Constituição e reforço de cauções e garantias / Devolução de cauções e garantias	58 594,14 €	79 068,44 €	86 570,37 €	51 092,21 €
07.1.6	07.2.6	Retenções - Transição para o SNC-AP / Retenções - Transição para o SNC-AP	4 063,98 €			4 063,98 €
07.1.9	07.2.9	Outras receitas de operações tesouraria / Outras despesas de operações de tesouraria	63,11 €	25 450,84 €	23 091,42 €	2 422,53 €
TOTAL			62 721,23 €	104 519,28 €	109 661,79 €	57 578,72 €

Avis, abril de 2022